

Gestão 2018-2020

Procurador-Geral de Justiça
Paulo Cezar dos Passos
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo
Helton Fonseca Bernardes
Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional
Olavo Monteiro Mascarenhas
Corregedor-Geral do Ministério Público
Marcos Antonio Martins Sottoriva
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Antonio Siufi Neto

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i>	Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrainer</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Gilberto Robalinho da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procurador de Justiça <i>Miguel Vieira da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Jaceguara Dantas da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procurador de Justiça <i>Alexandre Lima Raslan</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos

Direitos Humanos

(67) 3318-2160 e-mail: caopjcdcdh@mpms.mp.br

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**PORTARIA Nº 1205/2019-PGJ, DE 8.4.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 30, inciso XIII, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e artigo 29, inciso IX, da Lei nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993, e

CONSIDERANDO que a Constituição Federal, no artigo 129, inciso III, estabelece que é da atribuição do Ministério Público “promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos”;

CONSIDERANDO que a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público – Lei nº 8.625/1993 – dispõe, no artigo 29, inciso VIII, que “compete ao Procurador-Geral de Justiça exercer as atribuições do artigo 129, incisos II e III, da Constituição Federal, quando a autoridade reclamada for o Governador do Estado, o Presidente da Assembleia Legislativa ou os Presidentes de Tribunais, bem como quando contra estes, por ato praticado em razão de suas funções, deva ser ajuizada a competente ação”, competência que não é abrangida por esta Portaria;

CONSIDERANDO que a Lei Orgânica do Ministério Público de Mato Grosso do Sul, Lei Complementar Estadual nº 72/1994, ampliando as atribuições previstas na Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, dispõe no artigo 30, inciso X, que “compete ao Procurador-Geral de Justiça promover o inquérito civil e a ação civil pública para a defesa do patrimônio público e social, bem como da probidade e legalidade administrativas, quando a responsabilidade for decorrente de ato praticado, em razão de suas funções, por Secretário de Estado, Membro de Diretoria ou Conselho de Administração de entidade da Administração Indireta do Estado, Deputado Estadual, Prefeito Municipal, Membro do Ministério Público e Membro do Poder Judiciário”;

CONSIDERANDO a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal (STF), no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 1.916;

CONSIDERANDO que o STF, no julgamento do Agravo Regimental no Recurso Extraordinário com Agravo nº 706288/MS, reconheceu a possibilidade de delegação de atribuição nas hipóteses descritas no artigo 30, X, da Lei Complementar Estadual nº 72/1994;

CONSIDERANDO que, ante a ausência de estrutura adequada, é inviável se concentrar no âmbito das atribuições do Procurador-Geral de Justiça a instauração, a instrução e o acompanhamento até final julgamento de inquéritos civis e ações civis públicas decorrentes de atos de todas as autoridades mencionadas no artigo 30, inciso X, da Lei Orgânica Estadual do Ministério Público, pois se abrange todo o Estado de Mato Grosso do Sul;

CONSIDERANDO as novas disposições trazidas pela Resolução nº 5/2019-CPJ, de 5 de abril de 2019, reiterando a faculdade de o Procurador-Geral de Justiça delegar suas atribuições aos demais membros do Ministério Público;

CONSIDERANDO que do princípio da segurança jurídica decorre a ratificação e convalidação dos atos realizados sob o manto da Portaria nº 772/2010-PGJ, de 7 de junho de 2010, sendo vedada a aplicação retroativa de nova interpretação decorrente da Resolução nº 5/2019-CPJ;

CONSIDERANDO o princípio da eficiência, previsto no artigo 37, *caput*, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que o Procurador-Geral de Justiça, a teor do disposto no artigo 29, inciso IX, da Lei Orgânica Nacional do Ministério Público e com fulcro no artigo 30, XIII, da Lei Complementar Estadual nº 72/1994, pode delegar as suas atribuições de órgão de execução a outro membro do Ministério Público,

R E S O L V E:

Art. 1º Ratificar a delegação constante da Portaria nº 772/2010-PGJ, em relação aos procedimentos preparatórios e inquéritos civis instaurados até a presente data e em relação aos eventuais processos judiciais decorrentes para a defesa do patrimônio público e legalidade administrativas, quando, nos termos do artigo 30, X, da Lei Complementar Estadual nº 72/1994, a responsabilidade for decorrente de ato praticado, em razão de suas funções, por Secretário de Estado, Membro de Diretoria ou Conselho de Administração de entidade da Administração Indireta do Estado, Deputado Estadual, Prefeito Municipal, Membro do Ministério Público e do Poder Judiciário.

Parágrafo único. Ficam convalidados todos os atos decisórios praticados com base na delegação de atribuição constante da Portaria nº 772/2010-PGJ.

Art. 2º A delegação para a instauração de novos procedimentos preparatórios, inquéritos civis e ações civis públicas decorrentes para a defesa do patrimônio público e social, bem como da probidade e legalidade administrativas, relacionadas às autoridades constantes do artigo 30, X, da Lei Complementar Estadual nº 72/1994, a partir da data da publicação desta Portaria, será efetivada individualmente, observando-se as disposições da Resolução nº 5/2019-CPJ.

§ 1º Para atendimento às disposições do *caput* deste artigo, o membro do Ministério Público deverá remeter, por meio eletrônico, à lotação “Atribuição Originária do PGJ” no sistema SAJMP a novel notícia de fato ou protocolo cujas informações denotem responsabilidade das autoridades constantes do artigo 30, X, da Lei Complementar nº 72/1994.

§ 2º Quando, no bojo da instrução de procedimento preparatório ou inquérito civil, restarem evidenciados indícios de responsabilidade das autoridades constantes do artigo 30, X, da Lei Complementar nº 72/1994, deverá o respectivo procedimento ser remetido por meio eletrônico à lotação “Atribuição Originária do PGJ” no sistema SAJMP para as providências previstas no *caput* deste artigo.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1142/2019-PGJ, DE 3.4.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Karina Ribeiro dos Santos Vedoatto 1 (um) dia de férias compensatórias, referente ao feriado forense de 20 de dezembro de 2016 a 6 de janeiro de 2017, por ter atuado no período de 22 a 28.12.2016, a ser usufruído no dia 22.4.2019, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 173, de 14 de maio de 2013.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1150/2019-PGJ, DE 3.4.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Gabriel da Costa Rodrigues Alves a conversão em abono pecuniário de um terço das férias, no período de 29.4 a 8.5.2019, referente ao período aquisitivo de 2017/2018, nos termos do artigo 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, alterada pela Lei Complementar nº 227, de 19 de outubro de 2016.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1151/2019-PGJ, DE 3.4.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Juliana Nonato 2 (dois) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada nos dias 25.2 e 26.5.2018, a serem usufruídos nos dias 2 e 3.5.2019, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1170/2019-PGJ, DE 8.4.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça de Ribas do Rio Pardo, George Zarour Cezar, para, sem prejuízo de suas funções, atuar na audiência referente à Ação Penal nº 0009095-17.2018.8.12.0001, designada para o dia 5.4.2019, perante a 1ª Vara Criminal da comarca de Campo Grande.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1171/2019-PGJ, DE 8.4.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os Promotores de Justiça abaixo nominados para, sem prejuízo de suas funções, atuarem perante a Promotoria de Justiça e os Juizados Especiais constantes do quadro a seguir, em razão de ausência dos titulares, pelos seguintes motivos:

1. Férias:

PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	PERÍODO	JUIZADO ESPECIAL	TITULAR
Simone Almada Goes	15.4.2019	Juizado Especial Adjunto da comarca de Maracaju	Estéfano Rocha Rodrigues da Silva
Felipe de Almeida Marques	29 e 30.4.2019	Juizado Especial Adjunto da comarca de Ribas do Rio Pardo	George Zarour Cezar
Daniel Higa de Oliveira	15 a 17.4.2019 22.4 a 1º.5.2019	Juizado Especial Adjunto da comarca de São Gabriel do Oeste	Isabelle Albuquerque dos Santos Rizzo

2. Compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão:

PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	PERÍODO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA /JUIZADO ESPECIAL	TITULAR
Victor Leonardo de Miranda Taveira	15 a 17.4.2019	Juizado Especial Adjunto da comarca de Coxim	Daniella Costa da Silva
Simone Almada Goes	17.4.2019	Juizado Especial Adjunto da comarca de Maracaju	Estéfano Rocha Rodrigues da Silva
Felipe de Almeida Marques	22 a 26.4.2019 2 e 3.5.2019	Juizado Especial Adjunto da comarca de Ribas do Rio Pardo	George Zarour Cezar
Daniel Higa de Oliveira	11 e 12.4.2019	Juizado Especial Adjunto da comarca de São Gabriel do Oeste	Isabelle Albuquerque dos Santos Rizzo
George Zarour Cezar	15 a 17.4.2019	Promotoria de Justiça e Juizado Especial Adjunto da comarca de Terenos	Eduardo de Araujo Portes Guedes
Silvio Amaral Nogueira de Lima	22.4.2019		

3. Licença:

PROMOTORA DE JUSTIÇA	PERÍODO	JUIZADO ESPECIAL	TITULAR
Cynthia Giselle Gonçalves Latorraca	2 a 5.4.2019	Juizado Especial Adjunto da comarca de Miranda	Talita Zoccolaro Papa Muritiba

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1172/2019-PGJ, DE 8.4.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “h” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral os membros do Ministério Público Estadual abaixo nominados, para, sem prejuízo de suas funções, atuarem perante as seguintes Zonas Eleitorais, em razão de ausência dos titulares, conforme o quadro a seguir:

ZE	PROMOTOR DE JUSTIÇA	PERÍODO	MOTIVO	TITULAR
1ª	Nara Mendes dos Santos Fernandes	29.4 a 28.5.2019	Férias	Michel Maesano Mancuelho
3ª	Ana Carolina Lopes de Mendonça Castro	8 a 17.4.2019	Férias	Pedro de Oliveira Magalhães
4ª	Andréa de Souza Resende	10 a 12.4.2019	Férias	Rodrigo Cintra Franco
		22 a 30.4.2019		
	Luiz Gustavo Camacho Terçariol	15 a 17.4.2019		
6ª	Wilson Canci Junior	8 a 17.4.2019	Férias	Edival Goulart Quirino
15ª	Talita Zoccolaro Papa Muritiba	9 a 12.4.2019	Compensação	Cinthia Giselle Gonçalves Latorraca
		22.4 a 1º.5.2019	Férias	
22ª	Allan Carlos Cobacho do Prado	15 a 17.4.2019	Compensação	Lia Paim Lima
33ª	Lenize Martins Lunardi Pedreira	17.4 e 10.5.2019	Compensação	Karina Ribeiro dos Santos Vedoatto
		22.4.2019	Férias	
36ª	Luiz Eduardo Lemos de Almeida	8 a 17.4.2019	Férias	Cristina Beraldo de Andrade

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1180/2019-PGJ, DE 8.4.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Celso Antonio Botelho de Carvalho 2 (dois) dias de férias compensatórias, referentes ao feriado forense de 20 de dezembro de 2005 a 6 de janeiro de 2006, a serem usufruídos nos dias 4 e 5.4.2019, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 173, de 14 de maio de 2013.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1181/2019-PGJ, DE 8.4.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça de Glória de Dourados, Andréa de Souza Resende, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante o Juizado Especial Adjunto e as 1ª e 2ª Promotorias de Justiça da comarca de Fátima do Sul, nos períodos de 10 a 12.4 e 22 a 30.4.2019, em razão de férias do Promotor de Justiça Rodrigo Cintra Franco.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1182/2019-PGJ, DE 8.4.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 17º Promotor de Justiça de Dourados, Luiz Gustavo Camacho Terçariol, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante o Juizado Especial Adjunto e as 1ª e 2ª Promotorias de Justiça da comarca de Fátima do Sul, no período de 15 a 17.4.2019, em razão de férias do Promotor de Justiça Rodrigo Cintra Franco.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1183/2019-PGJ, DE 8.4.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Alexandre Estuqui Junior 2 (dois) dias de férias compensatórias, referentes ao feriado forense de 20 de dezembro de 2010 a 6 de janeiro de 2011, a serem usufruídos nos dias 11 e 12.4.2019, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 173, de 14 de maio de 2013.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1184/2019-PGJ, DE 8.4.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Antonio André David Medeiros 10 (dez) dias de férias remanescentes, referentes ao período aquisitivo 2017/2018, a serem usufruídos no período de 8 a 17.4.2019, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1185/2019-PGJ, DE 8.4.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça João Linhares Júnior a conversão em abono pecuniário de um terço das férias, no período de 3 a 12.6.2019, referente ao período aquisitivo de 2017/2018, nos termos do artigo 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, alterada pela Lei Complementar nº 227, de 19 de outubro de 2016.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1186/2019-PGJ, DE 8.4.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Tornar sem efeito a Portaria nº 1094/2019-PGJ, de 1º.4.2019, na parte que designou o Promotor de Justiça Alexandre Pinto Capiberibe Saldanha para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 3ª Turma Recursal Mista da comarca de Campo Grande, nos dias 10 e 11.4.2019.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1187/2019-PGJ, DE 8.4.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a 64ª Promotora de Justiça de Campo Grande, Cristiane Amaral Cavalcante, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 8ª Vara do Juizado Especial da referida Comarca, Justiça Itinerante, no período de 22 a 26.4.2019, em razão de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão da titular, Promotora de Justiça Daniela Cristina Guiotti, e tornar sem efeito a Portaria nº 1094/2019-PGJ, de 1º.4.2019, na parte que designou o Promotor de Justiça Clovis Amauri Smaniotto para atuar perante a referida Vara do Juizado Especial.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1188/2019-PGJ, DE 8.4.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Candy Hiroki Cruz Marques Moreira 2 (dois) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada nos dias 4 e 10.11.2015, a serem usufruídos nos dias 2 e 3.5.2019, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1189/2019-PGJ, DE 8.4.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Tornar sem efeito a Portaria nº 4101/2018-PGJ, de 4.12.2018, na parte que concedeu o 1º período de férias ao Promotor de Justiça José Aparecido Rigato, que seriam usufruídas no período de 1º a 20.6.2019.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1190/2019-PGJ, DE 8.4.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Tornar sem efeito a Portaria nº 4101/2018-PGJ, de 4.12.2018, na parte que concedeu o 2º período de férias ao Promotor de Justiça Ricardo de Melo Alves, que seriam usufruídas no período de 8 a 17.4.2019.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1191/2019-PGJ, DE 8.4.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Autorizar o 67º Promotor de Justiça da comarca de Campo Grande, Luciano Furtado Loubet, para ministrar a palestra “Código Florestal após julgamento do STF: noções gerais, pontos controversos e desafios na implantação” no evento “O Código Florestal após o julgamento do STF e a Lei da Mata Atlântica: Interpretação e papel do Ministério Público na proteção do meio ambiente”, que será realizado no dia 28.6.2019, em Vitória/ES.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1192/2019-PGJ, DE 8.4.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Tornar sem efeito a Portaria nº 1057/2019-PGJ, de 28.3.2019, que designou o Promotor de Justiça João Meneghini Girelli para, sem prejuízo de suas funções, coadjuvar no julgamento dos autos nº 0001560-71.2017.8.12.0001, perante a sessão da 1ª Vara do Tribunal do Júri da comarca de Campo Grande, no dia 11.4.2019.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1197/2019-PGJ, DE 8.4.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Revogar, a partir de 4.4.2019, a Portaria nº 085/2019-PGJ, de 15.1.2019, que designou o Promotor de Justiça de Dourados, Elcio Felix D’Angelo para atuar na 2ª Vara do Juizado Especial Cível e Criminal da referida Comarca.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1198/2019-PGJ, DE 8.4.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a 15ª Promotora de Justiça de Dourados, Claudia Loureiro Ocariz Almirão, para, sem prejuízo de suas funções, atuar na 2ª Vara do Juizado Especial Cível e Criminal da referida Comarca, a partir de 8.4.2019, pelo período de 1 (um) ano.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1202/2019-PGJ, DE 8.4.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 71º Promotor de Justiça de Campo Grande, Ricardo de Melo Alves, Assessor Especial do Procurador-Geral de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Centro de Pesquisa, Análise, Difusão e Segurança da Informação, CI, no período de 8 a 17.4.2019, em razão de férias do titular, Antonio André David Medeiros.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1168/2019-PGJ, DE 8.4.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Declarar estabilidade aos servidores do Quadro do Ministério Público Estadual abaixo relacionados, nos termos do artigo 8º da Lei Estadual nº 4.134, de 6.12.2011, e artigo 11 da Resolução nº 019/2013-PGJ, de 31.10.2013 (Processo PGJ/10/1576/2014):

SERVIDOR(A)	CARGO	A PARTIR DE
ANDERSON FERNANDES	AUXILIAR	9.3.2019
CARLOS HUMBERTO INASTOQUE SILVA	AUXILIAR	21.3.2019
DIOGO FELLIPHE DA SILVA MALUF FERREIRA	TÉCNICO I	15.3.2019
EUDES LIMEIRA DA SILVA	TÉCNICO I	30.3.2019
LUISA DE MARILAC SILVA CORDEIRO ALMEIDA	ANALISTA	17.3.2019
MAISA TAYLÂ FERREIRA GALEANO DAMACENO	TÉCNICO I	14.3.2019
PATRICIA DA SILVA PEREIRA	TÉCNICO I	14.3.2019
SAMUEL FELIPE DE AZEVEDO NASS FLORES	TÉCNICO I	16.3.2019
SERGIO TEODORO BATISTA	TÉCNICO I	21.3.2019
WILIAM FONSECA CAVALHEIRO ALVES	AUXILIAR	15.3.2019

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1169/2019-PGJ, DE 8.4.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder a progressão funcional aos servidores do Quadro do Ministério Público Estadual abaixo nominados, nos termos do artigo 8º, § 3º, da Lei Estadual nº 4.134, de 6.12.2011, e artigo 13 da Resolução nº 019/2013-PGJ, de 31.10.2013:

CARGO: ANALISTA - MPAN-101		PROGRESSÃO FUNCIONAL	
SERVIDORA	CLASSE	PADRÃO	A PARTIR DE
LUISA DE MARILAC SILVA CORDEIRO ALMEIDA	C	2	17.3.2019
CARGO: TÉCNICO I - MPTE-201		PROGRESSÃO FUNCIONAL	
SERVIDOR(A)	CLASSE	PADRÃO	A PARTIR DE
DIOGO FELLIPHE DA SILVA MALUF FERREIRA	C	2	15.3.2019
EUDES LIMEIRA DA SILVA	C	2	30.3.2019
MAISA TAYLÃ FERREIRA GALEANO DAMACENO	C	2	14.3.2019
PATRICIA DA SILVA PEREIRA	C	2	14.3.2019
SAMUEL FELIPE DE AZEVEDO NASS FLORES	C	2	16.3.2019
SERGIO TEODORO BATISTA	C	2	21.3.2019
CARGO: AUXILIAR – MPAL-301		PROGRESSÃO FUNCIONAL	
SERVIDOR	CLASSE	PADRÃO	A PARTIR DE
ANDERSON FERNANDES	C	2	9.3.2019
CARLOS HUMBERTO INASTOQUE SILVA	C	2	21.3.2019
WILIAM FONSECA CAVALHEIRO ALVES	C	2	15.3.2019

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1173/2019-PGJ, DE 8.4.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso X do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Exonerar, a pedido, a partir de 3.4.2019, do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, a servidora Mariucha Segatto Chadid, nos termos do inciso II do artigo 57 da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1203/2019-PGJ, DE 8.4.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso X do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Nomear Moises Yule de Oliveira para exercer o cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em vaga prevista no Anexo VI da Lei nº 4.134, de 6 de dezembro de 2011, decorrente da exoneração de Leandro Gusmão de Souza.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA

PORTARIA Nº 1118/2019-PGJ, DE 2.4.2019

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Alterar as férias dos servidores do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, concedidas por meio das portarias abaixo relacionadas, e suas modificações, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, conforme segue:

Onde consta:

PORTARIA Nº 3122/2018-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Rony Pedroso Vasques	2017/2018	3 a 12.12.2018	1º a 10.4.2019		1º a 10.10.2018

PORTARIA Nº 3459/2018-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Maria Aparecida de Oliveira Santana França	2017/2018	5 a 14.11.2018	12 a 21.8.2019		19 a 28.11.2018

PORTARIA Nº 4142/2018-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Ana Gabriela Kiyomura Merlin	2018/2019	6 a 15.5.2019	18 a 27.11.2019		7 a 16.1.2019
Cristiane Conceição Rocha	2017/2018	20 a 29.5.2019	18 a 27.11.2019		7 a 16.1.2019
Leticia Sousa Gonçalves	2017/2018	11 a 20.3.2019	14 a 23.10.2019		7 a 16.1.2019
Roberta de Souza Salgado	2017/2018	13 a 22.3.2019	22.4 a 1º.5.2019		7 a 16.1.2019

PORTARIA Nº 053/2019-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Milton Estevão Corrêa	2016/2017	20.2 a 1º.3.2019	10 a 19.6.2019		4 a 13.2.2019
Sabrina Lopes Baes	2017/2018	7 a 16.1.2019	1º a 10.7.2019		17 a 26.1.2019

PORTARIA Nº 451/2019-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Ofélia Leticia Soares da Silva	2015/2016	6 a 15.3.2019	2 a 11.10.2019		10 a 19.6.2019
Priscilla Nóbrega Coelho	2017/2018	20.2 a 1º.3.2019	10 a 19.6.2019		5 a 14.8.2019

PORTARIA Nº 891/2019-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Katheleen Taira de Medeiros	2016/2017	3 a 12.4.2019	19.8 a 7.9.2019		
Maria Caroline Lima Madureira	2017/2018	22.4 a 1º.5.2019	27.8 a 5.9.2019	10 a 19.12.2019	
Patricia Alves Coutinho Lacerda	2016/2017	8 a 17.4.2019	5 a 14.11.2019		18 a 27.11.2019
Tânia Batista Rosa Buzzachera	2016/2017	8 a 17.4.2019	10 a 19.6.2019	14 a 23.8.2019	

Passe a constar:

PORTARIA Nº 3122/2018-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Rony Pedroso Vasques	2017/2018	3 a 12.12.2018	8 a 17.7.2019		1º a 10.10.2018

PORTARIA Nº 3459/2018-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Maria Aparecida de Oliveira Santana França	2017/2018	5 a 14.11.2018	16 a 25.9.2019		19 a 28.11.2018

PORTARIA Nº 4142/2018-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Ana Gabriela Kiyomura Merlin	2018/2019	3 a 12.6.2019	18 a 27.11.2019		7 a 16.1.2019
Cristiane Conceição Rocha	2017/2018	20 a 29.5.2019	1º a 10.10.2019		7 a 16.1.2019
Leticia Sousa Gonçalves	2017/2018	11 a 20.3.2019	1º a 10.10.2019		7 a 16.1.2019
Roberta de Souza Salgado	2017/2018	13 a 22.3.2019	9 a 18.9.2019		7 a 16.1.2019

PORTARIA Nº 053/2019-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Milton Estevão Corrêa	2016/2017	20.2 a 1º.3.2019	22 a 31.7.2019		4 a 13.2.2019
Sabrina Lopes Baes	2017/2018	7 a 16.1.2019	8 a 17.7.2019		17 a 26.1.2019

PORTARIA Nº 451/2019-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Ofélia Leticia Soares da Silva	2015/2016	6 a 15.3.2019	3 a 12.6.2019		22 a 31.5.2019
Priscilla Nóbrega Coelho	2017/2018	20.2 a 1º.3.2019	5 a 14.8.2019		10 a 19.6.2019

PORTARIA Nº 891/2019-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Katheleen Taira de Medeiros	2016/2017	8 a 17.4.2019	23.9 a 12.10.2019		
Maria Caroline Lima Madureira	2017/2018	22.4 a 1º.5.2019	2 a 11.9.2019	10 a 19.12.2019	
Patricia Alves Coutinho Lacerda	2016/2017	22 a 31.7.2019	5 a 14.11.2019		18 a 27.11.2019
Tânia Batista Rosa Buzzachera	2016/2017	8 a 17.4.2019	3 a 12.6.2019	14 a 23.8.2019	

HELTON FONSECA BERNARDES
Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA Nº 1120/2019-PGJ, DE 2.4.2019

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Interromper, em razão de licença-paternidade, a partir de 24.3.2019, as férias do servidor Bruno de Abreu Cáceres, concedidas por meio da Portaria nº 3459/2018-PGJ, de 15.10.2018, nos termos do artigo 10, inciso III, da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, a serem usufruídas no período de 22 a 27.4.2019.

HELTON FONSECA BERNARDES
Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA N° 1121/2019-PGJ, DE 2.4.2019

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Suspender as férias concedidas à servidora Caren Suéli Montagner Lago, por meio da Portaria nº 4142/2018-PGJ, de 6.12.2018, que seriam usufruídas no período de 8 a 17.4.2019, a serem usufruídas no período de 18 a 27.9.2019, em razão de necessidade de serviço, nos termos do artigo 10, inciso VIII, da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA N° 1122/2019-PGJ, DE 2.4.2019

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Suspender as férias concedidas à servidora Caroline Pires Aquino, por meio da Portaria nº 2404/2018-PGJ, de 12.7.2018, com a redação dada pela Portaria nº 3181/2018-PGJ, de 19.9.2018, que seriam usufruídas no período de 8 a 25.7.2019, a serem usufruídas no período de 16.9 a 3.10.2019, em razão de licença-maternidade, nos termos do artigo 10, inciso IV, da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA N° 1123/2019-PGJ, DE 2.4.2019

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Interromper, por necessidade de serviço, a partir de 25.3.2019, as férias do servidor Diego Servullo da Silva Maluf Ferreira, concedidas por meio da Portaria nº 053/2019-PGJ, de 10.1.2019, nos termos do artigo 11 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, a serem usufruídas nos dias 7 e 8.10.2019.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA N° 1124/2019-PGJ, DE 2.4.2019

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Interromper, por necessidade de serviço, a partir de 18.3.2019, as férias da servidora Emilia Akemi Sakiyama Nakasato, concedidas por meio da Portaria nº 451/2019-PGJ, de 8.2.2019, nos termos do artigo 11 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, a serem usufruídas no período de 1º a 3.4.2019.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA Nº 1125/2019-PGJ, DE 2.4.2019

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Suspender as férias concedidas ao servidor Rafael Tosi de Carvalho, por meio da Portaria nº 4132/2017-PGJ, de 29.11.2017, e suas modificações, que seriam usufruídas no período de 11 a 20.3.2019, a serem usufruídas no período de 18 a 27.9.2019, em razão de necessidade de serviço, nos termos do artigo 10, inciso VIII, da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

HELTON FONSECA BERNARDES
Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA Nº 1126/2019-PGJ, DE 2.4.2019

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Interromper, por necessidade de serviço, a partir de 13.3.2019, as férias do servidor Rafael Ademar Lemos de Moura, concedidas por meio da Portaria nº 451/2019-PGJ, de 8.2.2019, nos termos do artigo 11 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, a serem usufruídas no período de 18 a 25.3.2019.

HELTON FONSECA BERNARDES
Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA Nº 1137/2019-PGJ, DE 2.4.2019

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 4132/2017-PGJ, de 29.11.2017, e suas modificações, na parte que concedeu férias à servidora Alessandra Messias Holland dos Santos, de forma que, onde consta: Período de Gozo – 11 a 20.3.2019, passe a constar: Período de Gozo – 10 a 19.6.2019.

HELTON FONSECA BERNARDES
Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA Nº 1138/2019-PGJ, DE 2.4.2019

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 4142/2018-PGJ, de 6.12.2018, com a redação dada pela Portaria nº 260/2019-PGJ, de 24.1.2019, na parte que concedeu férias ao servidor Elias Vitorino Filho, de forma que, onde consta: Período de Gozo – 22 a 26.4.2019, passe a constar: Período de Gozo – 1º a 5.7.2019.

HELTON FONSECA BERNARDES
Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA Nº 1139/2019-PGJ, DE 2.4.2019

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Alterar as férias dos servidores do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, concedidas por meio das portarias abaixo relacionadas, e suas modificações, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, conforme segue:

Onde consta:

PORTARIA Nº 4132/2017-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Leandro da Silva Andrade	2016/2017	15 a 24.10.2018	22.4 a 1º.5.2019		15 a 24.1.2018

PORTARIA Nº 4142/2018-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Leandro da Silva Andrade	2017/2018	29.7 a 7.8.2019	30.9 a 9.10.2019		14 a 23.1.2019

PORTARIA Nº 891/2019-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Bruna Camargo da Silva	2018/2019	22.4 a 1º.5.2019	30.9 a 9.10.2019		13 a 22.5.2019
Wiliam Fonseca Cavalheiro Alves	2018/2019	22.4 a 1º.5.2019	22 a 31.7.2019		1º a 10.7.2019

Passe a constar:

PORTARIA Nº 4132/2017-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Leandro da Silva Andrade	2016/2017	15 a 24.10.2018	1º a 10.7.2019		15 a 24.1.2018

PORTARIA Nº 4142/2018-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Leandro da Silva Andrade	2017/2018	30.9 a 9.10.2019	2 a 11.3.2020		14 a 23.1.2019

PORTARIA Nº 891/2019-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Bruna Camargo da Silva	2018/2019	30.9 a 9.10.2019	2 a 11.12.2019		13 a 22.5.2019
Wiliam Fonseca Cavalheiro Alves	2018/2019	1º a 10.7.2019	7 a 16.1.2020		22 a 31.7.2019

HELTON FONSECA BERNARDES
Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA Nº 1159/2019-PGJ, DE 4.4.2019

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar a servidora Gina de Rezende Matias, ocupante do cargo efetivo de Analista, símbolo MPAN-101, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Núcleo de Corpo Técnico de Engenharia e Arquitetura, no período de 9 a 18.4.2019, em razão de férias do titular, Jean Claud Borges Maciel Pinheiro.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA Nº 1164/2019-PGJ, DE 4.4.2019

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Amanda Indarte e Silva Monteiro, ocupante do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 15 (quinze) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 1º a 15.4.2019, inicial, nos termos do inciso I do artigo 130, e dos artigos 132 e 136, todos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c o inciso II do artigo 37 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA Nº 1165/2019-PGJ, DE 4.4.2019

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder ao servidor Caio Marques de Oliveira Robaldo, ocupante do cargo em comissão de Assessor de Inteligência, símbolo MPAS-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 15 (quinze) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 7 a 21.3.2019, inicial, nos termos do inciso I do artigo 130, e dos artigos 132 e 136, todos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c o inciso II do artigo 37 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA Nº 1167/2019-PGJ, DE 5.4.2019

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar o servidor Wilson Flores Velasques, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Departamento de Contabilidade, nos dias 28 e 29.3, 1º e 2.4.2019, em razão de licença compensatória referente ao feriado forense do titular, Marco Aurelio de Sá Baptista.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA Nº 1174/2019-PGJ, DE 8.4.2019

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar a servidora Christiane de Oliveira Landgraf Pinto, Chefe do Departamento de Gestão de Pessoas, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Secretaria de Gestão de Pessoas, nos dias 2 e 3.4.2019, em razão de viagem do titular, Fabiano Alves Davy.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA Nº 1175/2019-PGJ, DE 8.4.2019

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar a servidora Adriana Lima Gonçalves Cherais, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Departamento de Gestão de Pessoas, no dia 5.4 e no período de 8 à 17.4.2019, em razão de licença compensatória referente ao feriado forense e férias da titular, Christiane de Oliveira Landgraf Pinto.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA Nº 1176/2019-PGJ, DE 8.4.2019

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar a servidora Patricia Alves Coutinho Lacerda, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotada nas Promotorias de Justiça de Campo Grande e designada para prestar serviços na 22ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 16ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, no período de 19.3 a 17.4.2019, em razão de licença para tratamento de saúde do servidor Daniel Francisco Mercado Dantas.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA Nº 1177/2019-PGJ, DE 8.4.2019

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar a servidora Naira Santana de Oliveira, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Núcleo de Arquivo Geral, nos dias 15, 16 e 17.4.2019, em razão de licença compensatória referente ao feriado forense do titular, Caio Ferreira Campos.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA Nº 1178/2019-PGJ, DE 8.4.2019

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 5º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar a servidora Laura Barros Azambuja, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotada nas Promotorias de Justiça de Naviraí, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 4ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, até ulterior deliberação.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA Nº 1179/2019-PGJ, DE 8.4.2019

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar a servidora Ana Emília Alves Barbosa, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotada nas Promotorias de Justiça de Dourados e designada para prestar serviços na 11ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 8ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, no período de 8 a 17.4.2019, em razão de férias da servidora Maisa Taylã Ferreira Galeano Damaceno.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA Nº 1193/2019-PGJ, DE 8.4.2019

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Patrícia Lima Rodrigues, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 20 (vinte) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 1º a 20.4.2019, inicial, nos termos do inciso I do artigo 130, e dos artigos 132 e 136, todos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c a alínea “c” do inciso II do artigo 19 e artigo 22 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009, e, ainda, alínea “g” do inciso I do artigo 31 e artigo 53, ambos da Lei nº 3.150, de 22 de dezembro de 2005.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA Nº 1194/2019-PGJ, DE 8.4.2019

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Andrea Rocha Benetti, ocupante do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 3 (três) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 20 a 22.3.2019, em prorrogação, nos termos do inciso I do artigo 130, e dos artigos 132 e 136, todos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c o inciso II do artigo 37 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

CONSELHO SUPERIOR

PAUTA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, QUE SE REALIZARÁ NO DIA 16 DE ABRIL DE 2019, ÀS 9 HORAS, OU NAS REUNIÕES SUBSEQUENTES.

6. Expedientes:**6.2. Comunicação das promoções de arquivamento de Procedimentos Administrativos, para ciência:****1. 11ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00000339-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00002706-0.

2. Promotoria de Justiça da comarca de Bela Vista:

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00000138-0.

3. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Naviraí:

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00004342-6.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00000129-5.

4. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Camapuã:

- Procedimento Administrativo nº 09.2015.00000400-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00003602-5.

5. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Coxim:

- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00001902-2.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00003339-4.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00002176-5.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00000288-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00004703-3.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00003501-5.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00000284-6.

6. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Ponta Porã:

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00004199-4.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00004192-8.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00000797-4.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00000730-8.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00001236-6.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00004137-2.

7. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de São Gabriel do Oeste:

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00002884-7.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00002885-8.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00001799-4.

8. 33ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00003949-5.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00000634-6.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00004371-5.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00002379-6.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00002126-5.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00000308-2.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00000186-2.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00000072-0.

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00003823-4.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00003562-6.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00003232-9.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00003230-7.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00003179-6.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00001777-2.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00001151-2.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00003915-5.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00001930-4.

9. 34ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00000745-2.
- Procedimento Administrativo nº 09.2016.00000612-3.
- Procedimento Administrativo nº 09.2016.00000617-8.
- Procedimento Administrativo nº 09.2016.00000622-3.

10. 3ª Promotoria de Justiça da comarca de Naviraí:

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00001071-3.

11. 44ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00001288-8.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00000362-3.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00000093-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00003907-7.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00003862-3.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00003317-2.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00002705-9.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00002761-5.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00004208-2.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00004337-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00004116-1.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00004384-8.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00004576-8.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00004575-7.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00004229-3.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00004210-5.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00004311-5.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00002100-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00002962-4.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00002654-9.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00002513-9.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00003109-6.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00002864-7.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00002388-5.

12. 7ª Promotoria de Justiça da comarca de Corumbá:

- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00000709-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00000708-9.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00000710-1.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00000085-2.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00000382-7.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00002970-2.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00000707-8.

13. 9ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:

- Procedimento Administrativo nº 09.2016.00002951-6.

14. Promotoria de Justiça da comarca de Nioaque:

- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00000710-4.
- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00003217-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00004494-7.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00004496-9.
- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00000799-2.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00002714-8.

15. Promotoria de Justiça da comarca de Rio Verde Mato Grosso:

- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00000815-5.

16. Promotoria de Justiça da comarca de Porto Murtinho:

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00001733-9.

17. Promotoria de Justiça da comarca de Água Clara:

- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00000431-8.
- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00002711-1.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00000443-3.

18. 5ª Promotoria de Justiça da comarca de Ponta Porã:

- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00000836-6.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00000838-8.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00000839-9.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00000840-0.

19. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas:

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00004675-6.

20. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Bonito:

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00003002-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00000550-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00002934-2.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00001955-9.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00000546-5.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00001248-8.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00001997-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00002247-5.

21. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Maracaju:

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00001786-1.

22. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Ivinhema:

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00003509-2.

23. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Nova Andradina:

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00001810-5.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00002999-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00000477-0.

6.2. Expedientes encaminhados ao Conselho Superior para análise em bloco das prorrogações de prazo de inquéritos civis e procedimentos preparatórios, conforme o art. 122 do Regimento Interno do CSMP:**6.2.1. CONSELHEIRO SILVIO CESAR MALUF:****1. Promotoria de Justiça da comarca de Sonora:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000420-7.

2. Promotoria de Justiça da comarca de Deodápolis:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000464-0.

3. 57ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00000683-1.

4. 42ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001500-4.

5. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Rio Brilhante:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00002597-2.

6. 29ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000314-8.

7. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Ponta Porã:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000291-6.
- Inquérito Civil nº 06.2016.00000300-4.
- Inquérito Civil nº 06.2016.00000229-3.

8. 16ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00000391-2.

6.2.2. CONSELHEIRO ANTONIO SIUFI NETO:**1. Promotoria de Justiça da comarca de Bela Vista:**

- Inquérito Civil nº 06.2018.00000514-3.

2. Promotoria de Justiça da comarca de Sonora:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000467-3.

3. Promotoria de Justiça da comarca de Rio Negro:

- Procedimento Preparatório nº 06.2018.00003604-1.

4. 42ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001494-9.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00000201-0.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00001501-5.

5. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Ponta Porã:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000289-3.
- Inquérito Civil nº 06.2016.00000297-1.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00000115-4.

6. 16ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00000850-7.

6.2.3. CONSELHEIRO BELMIRE SOLES RIBEIRO:**1. Promotoria de Justiça da comarca de Rio Negro:**

- Procedimento Preparatório nº 06.2018.00003627-0.

2. Promotoria de Justiça da comarca de Porto Murtinho:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00000474-4.

3. Promotoria de Justiça da comarca de Deodópolis:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00000458-8.

4. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Ponta Porã:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00000579-8.
- Inquérito Civil nº 06.2016.00000282-7.
- Inquérito Civil nº 06.2016.00000296-0.

5. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Coxim:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00000747-4.

6. 10ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000402-5.

7. 34ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00000825-1.

6.2.4. CONSELHEIRO JOÃO ALBINO CARDOSO FILHO:**1. 26ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- Inquérito Civil nº 06.2018.00000876-2.

2. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Ponta Porã:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000855-4.
- Inquérito Civil nº 06.2016.00000281-6.
- Inquérito Civil nº 06.2016.00000293-8.
- Inquérito Civil nº 06.2018.00000576-5.

6.2.5. CONSELHEIRO FRANCISCO NEVES JÚNIOR:**1. Promotoria de Justiça da comarca de Inocência:**

- Inquérito Civil nº 06.2018.00000818-4.

2. 42ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001495-0.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00001511-5.

3. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Sidrolândia:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001758-0.

4. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Ponta Porã:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000824-3.
- Inquérito Civil nº 06.2018.00000577-6.
- Inquérito Civil nº 06.2016.00000285-0.

5. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Mundo Novo:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00000832-9.

6. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Cassilândia:

- Procedimento Preparatório nº 06.2018.00003422-7.

6.2.6. CONSELHEIRO EDGAR ROBERTO LEMOS DE MIRANDA:**1. Promotoria de Justiça da comarca de Sonora:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000366-3.

2. Promotoria de Justiça da comarca de Deodópolis:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00000459-9.
- Inquérito Civil nº 06.2018.00000449-9.

3. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de São Gabriel do Oeste:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000851-4.

4. 5ª Promotoria de Justiça da comarca de Corumbá:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001599-2.

5. 42ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001497-1.
- Inquérito Civil nº 06.2016.00000016-2.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00001513-7.

6. 30ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00001109-2.

7. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Rio Brillante:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000269-7.
- Inquérito Civil nº 06.2018.00003006-4.

8. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Chapadão do Sul:

- Inquérito Civil nº 06.2015.00000042-5.

9. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Bonito:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00000261-3.

10. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Ponta Porã:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000828-7.
- Inquérito Civil nº 06.2016.00000284-9.

11. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Jardim:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00000694-2.

12. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Chapadão do Sul:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00001155-9.

13. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Cassilândia:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00003258-4.

14. 10ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000426-2.

6.2.7. CONSELHEIRA JACEGUARA DANTAS DA SILVA:**1. 42ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001499-3.

2. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Coxim:

- Procedimento Preparatório nº 06.2018.00003628-0.

3. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Ponta Porã:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000854-3.
- Inquérito Civil nº 06.2018.00000582-1.
- Inquérito Civil nº 06.2016.00000280-5.

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000188-7.

4. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Coxim:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00000815-1.
- Inquérito Civil nº 06.2018.00000826-2.

5. 11ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000267-1.

6.2.8. CONSELHEIRO SILASNEITON GONCALVES:

1. Promotoria de Justiça da comarca de Bandeirantes:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000270-9.

2. Promotoria de Justiça da comarca de Anastácio:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001745-7.

3. 42ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001522-6.

4. 26ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00000884-0.

5. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Ponta Porã:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000853-2.
- Inquérito Civil nº 06.2016.00000306-0.
- Inquérito Civil nº 06.2016.00000235-0.

6. 11ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000385-9.

6.2.9. CONSELHEIRO ALEXANDRE LIMA RASLAN:

1. Promotoria de Justiça da comarca de Deodápolis:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000564-0.
- Inquérito Civil nº 06.2018.00000452-2.

2. Promotoria de Justiça da comarca de Anastácio:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000575-0.

3. 42ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001523-7.

4. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Bonito:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00000462-2.

5. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Ponta Porã:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000852-1.
- Inquérito Civil nº 06.2016.00000305-9.
- Inquérito Civil nº 06.2016.00000235-0.

6. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Mundo Novo:

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001192-0.

7. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Coxim:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00000746-3.

8. 16ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00001386-8.

9. 11ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:

- Inquérito Civil nº 06.2016.00001034-9.

10. 10ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:

- Inquérito Civil nº 06.2018.00000841-8.

7. Ordem do dia:**7.1. Matéria Administrativa:****7.1.1. Expediente:**

1. Ofício nº 0221/2019/02PJ/CBA, de 22.3.2019, a 2ª Promotora de Justiça da comarca de Corumbá, Ana Rachel Borges de Figueiredo Nina, para fins de conhecimento e anotação em ficha funcional, encaminha cópia do Certificado de conclusão de Mestrado. (Processo PGJ/10/1469/2015 - apenso Processo PGJ/10/1544/2015)

7.1.2. Oitiva ad referendum do Conselho Superior sobre as seguintes designações:

1. Portaria nº 1141/2019-PGJ, de 2.4.2019. Agregar ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, no interesse do serviço, o 14º Promotor de Justiça de Dourados, Elcio Felix D'Angelo, para, com prejuízo de suas funções, atuar junto ao Grupo de Atuação Especial de Repressão ao Crime Organizado – GAECO, a partir de 4 de abril de 2019, até ulterior deliberação.

2. Portaria nº 1154/2019-PGJ, de 3.4.2019. Designar o 34º Promotor de Justiça, Fabio Ianni Goldfinger, atualmente agregado ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, no interesse do serviço, para, sem prejuízo de suas funções, atuar junto ao Grupo de Atuação Especial de Controle da Atividade Policial – GACEP, a partir de 1º de abril de 2019, até ulterior deliberação.

7.1.3. Processos:**1. Procedimento de Gestão Administrativo 09.2019.00000209-4**

Requerente: Promotora de Justiça Clarissa Carlotto Torres

Assunto: Autorização para residir em comarca diversa.

Relator Conselheiro Silvio Cesar Maluf

2. Procedimento de Gestão Administrativo 09.2019.00000951-0

Requerente: Promotor de Justiça Etéocles Brito Mendonça Dias Júnior

Assunto: Licença para frequentar curso de pós-graduação.

Relator Conselheiro Francisco Neves Júnior

7.2. Julgamento de Inquéritos Cíveis e Procedimentos:**7.2.1. RELATOR-CONSELHEIRO SILVIO CESAR MALUF:****1. Inquérito Civil nº 06.2018.00001451-0**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Porto Murtinho

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Marco Andrei Guimarães e Município de Porto Murtinho

Assunto: Apurar eventual prática de nepotismo e acumulação indevida de cargos.

2. Inquérito Civil nº 06.2017.00002312-6

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Batayporã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar suposto desvio de função ocorrido na Prefeitura Municipal de Batayporã.

3. Inquérito Civil nº 06.2018.00002694-9

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Corumbá

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Guinter Maffissoni Guimarães

Assunto: Apurar a regularidade da supressão de 95,25 hectares de mata nativa do bioma pantanal, dentro do imóvel rural “fazenda sagrado”, pertencente a Guinter Maffissoni Guimarães, sem a correspondente autorização ambiental concedida pelo órgão ambiental competente.

4. Inquérito Civil n.06.2016.00000278-2

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Sadi João Bresolin de Oliveira e Iraci de Oliveira

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da propriedade Sítio Nossa Senhora Aparecida, localizada no Município de Antônio João, especialmente com relação à instituição e conservação da área de reserva legal e das áreas de preservação permanentes, em face de Sadi João Bresolin de Oliveira e Iraci de Oliveira.

5. Inquérito Civil nº 06.2018.00003529-2 – SIGILOSO

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nova Andradina

6. Inquérito Civil n. 06.2018.00001343-2

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Maria Amélia Vieira Rosa (Fazenda Palmeira)

Assunto: apurar a ocorrência de dano ambiental na Fazenda Palmeira, em Caracol-MS, de propriedade da senhora Maria Amélia Vieira Rosa, em razão da supressão vegetal de 18,08 hectares de vegetação nativa.

7. Inquérito Civil nº 06.2018.00001346-5

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Eduardo Cervim da Silva (Chácara Recanto da Família)

Assunto: Apurar a ocorrência de dano ambiental na Chácara Recanto da Família, em Caracol-MS, de propriedade do senhor Eduardo Cervim da Silva, em razão da supressão vegetal de 4,44 hectares de vegetação nativa.

8. Inquérito Civil nº 06.2018.00000423-3

10ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Dourados

Assunto: Apurar eventuais falhas no atendimento médico no tocante a disponibilidade do exame de densitometria óssea.

7.2.2. RELATOR-CONSELHEIRO ANTONIO SIUFI NETO:**1. Inquérito Civil nº 06.2017.00001422-7**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Rio Verde de Mato Grosso

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Rio Verde de Mato Grosso

Assunto: Apurar eventual descumprimento, pelo Município de Rio Verde de Mato Grosso/MS, do disposto nos artigos 7ª e 4º, inciso III, da Lei Complementar nº 141/2012.

2. Inquérito Civil nº 06.2018.00000565-4

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dois Irmãos do Buriti

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Eder Aguiar Viana

Assunto: Apurar possível prática de ato de improbidade administrativa consistente na utilização de recursos públicos em benefício próprio.

3. Inquérito Civil nº 06.2017.00001729-0

57ª Promotoria de Justiça das Cidadania da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Associação Beneficente de Campo Grande e Município de Campo Grande

Assunto: Apurar o fechamento da ala psiquiátrica da Santa Casa de Campo Grande (leitos, atendimento ambulatorial e urgências e emergências).

4. Inquérito Civil nº 06.2016.0000281-3

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Histórico e Cultural da comarca de Miranda

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Igreja Matriz Nossa Senhora do Carmo

Assunto: Apurar eventual irregularidade na reforma realizada na Igreja Nossa Senhora do Carmo, Igreja Matriz de Miranda/MS, tendo em vista a existência de tombamento provisório.

5. Inquérito Civil nº 06.2017.00001334-0

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Corumbá

Requerente: Polícia Militar Ambiental

Requerido: Jose de Souza

Assunto: Averiguar a existência de barragem construída sobre o leito do rio Verde, construída em desacordo com a autorização concedida pela autoridade competente na “Fazenda Morada do Sol”, de propriedade de José de Souza, localizado na região do Distrito de Albuquerque, no Município de Corumbá/MS.

6. Inquérito Civil nº 06.2018.00000419-9

2ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Bonito

Assunto: Apurar eventual falta de estrutura física, material e de pessoal para o funcionamento do Conselho Tutelar de Bonito - MS, além de eventual intervenção indevida do CMDCA no referido órgão.

7. Inquérito Civil nº 06.2017.00000702-6 – SIGILOSO

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bela Vista

8. Procedimento Preparatório nº 06.2018.00003011-0

Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Nova Alvorada do Sul

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Direito de Vizinhança.

9. Procedimento Preparatório nº 06.2015.00000176-8 – SIGILOSO

30ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

10. Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002840-3

67ª Promotoria de Justiça dos Direitos Humanos da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Cartório de Registro de Imóveis da 1ª Circunscrição de Campo Grande

Assunto: Apurar a possível violação dos direitos das pessoas portadoras de deficiência, ante a falta de acessibilidade no Cartório de Registro de Imóveis da 1ª Circunscrição de Campo Grande.

11. Procedimento Preparatório nº 06.2018.000003649-1

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Três Lagoas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar questões relativas ao escoamento do esgoto na rua José Teixeira da Silva, localizada no município de Três Lagoas.

12. Procedimento Preparatório nº 06.2016.00002297-5

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Miranda

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar supostas irregularidades referente à seletiva e contratação de professores pelo município de Bodoquena/MS.

7.2.3. RELATOR-CONSELHEIRO BELMIRES SOLES RIBEIRO:**1. Inquérito Civil nº 06.2018.00002114-3**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Porto Murtinho

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: João Gilberto Marcondes

Assunto: Apurar eventual dano ambiental, possível degradação da Área de Preservação Permanente e Reserva Legal, bem como a regularização jurídico-ambiental da propriedade Rancho Moeda, localizada às margens do rio Apa.

2. Inquérito Civil nº 06.2018.00002238-6

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Porto Murtinho

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Porto Murtinho

Assunto: Apurar a existência de instrumentos legais e/ou atos administrativos que visam à tutela do patrimônio histórico-cultural e identificar os bens móveis e imóveis, materiais e imateriais, passíveis de tombamento no Município de Porto Murtinho, referentes ao IC nº 009/2013.

3. Inquérito Civil nº 06.2018.00002685-0

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Angélica

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Angélica

Assunto: Apurar eventual prática de nepotismo na Procuradoria Jurídica do Poder Executivo Municipal de Angélica/MS.

4. Inquérito Civil nº 06.2018.00003286-2

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Miranda

Requerente: Polícia Militar Ambiental

Requerido: José Vicente de Oliveira (Chácara Baixa Verde)

Assunto: Apurar a ocorrência de irregularidade ambiental consistente em suprimir/explorar espécies de árvores protegidas por lei (aroeira), sem autorização/licença do órgão ambiental competente, na chácara Baixa Verde, localizada no Assentamento Bandeirantes, Lote nº 46, em Miranda/MS, de propriedade de José Vicente de Oliveira.

5. Inquérito Civil nº 06.2016.00000331-5 – SIGILOSO

29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

6. Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002175-4

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Miranda

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar suposta desídia do Município de Bodoquena, que se encontra sem aparelho de raio-x desde setembro de 2017.

7. Inquérito Civil nº 06.2017.00001251-8

1ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Jardim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: A apurar

Assunto: Apurar a situação precária do Hospital de Guia Lopes da Laguna/MS, mormente o iminente corte de energia em decorrência da falta de pagamento.

7.2.4. RELATOR-CONSELHEIRO JOÃO ALBINO CARDOSO FILHO:**1. Inquérito Civil nº 06.2018.00003593-7**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Rio Verde de Mato Grosso

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Município de Rio Verde de Mato Grosso e Edeval Lourenço de Castro-ME

Assunto: Apurar suposta irregularidade na contratação da empresa requerida para locação de caminhão coletor de lixo, para atender à Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, formalizada por meio do Contato nº 010/2013, decorrente do Processo nº 020/2013, com dispensa de licitação, no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), pelo prazo de 06 (seis) meses.

2. Inquérito Civil nº 06.2018.00003358-3

49ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventuais atos de improbidade administrativa nos repasses dos convênios firmados entre a Seleta e o Tribunal de Contas do Estado.

3. Inquérito Civil nº 06.2017.00002134-0 – SIGILOSO

5ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Corumbá

4. Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002642-7

25ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Mariana B. Georges

Assunto: Apurar eventuais irregularidades na realização de tratamento estético exclusivo da área médica.

5. Inquérito Civil nº 06.2018.00000980-6

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Jardim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual degradação das Áreas de Preservação Permanente do rio Santo Antônio e do rio Miranda, em desacordo com a legislação ambiental.

6. Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002445-1

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Chapadão do Sul

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Chapadão do Sul

Assunto: Apurar supostas ilegalidades e eventual prática de atos de improbidade administrativa decorrentes de contratação informal de trabalhadores para limpeza de logradouros públicos, no âmbito da Secretaria de Obras da Prefeitura Municipal de Chapadão do Sul-MS.

7. Inquérito Civil nº 19/2014

11ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Conveniência Amorim e E.R.E. Amorim Santos-ME

Assunto: Registrar notícia de fato para apurar eventual irregularidade ambiental consistente na poluição sonora e perturbação do sossego provocadas pelo empreendimento denominado Conveniência Amorim.

8. Inquérito Civil nº 1/2011

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Amambai

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul, unidade de Coronel Sapucaia

Assunto: Apurar possível degradação ao meio ambiente em razão de despejo de efluentes sanitários em via pública e em corpo hídrico superficial, inclusive podendo prejudicar a saúde da população de Coronel Sapucaia/MS.

9. Inquérito Civil nº 21/2014

67ª Promotoria de Justiça dos Direitos Humanos da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Apurar a regularidade das adaptações de acessibilidade nos ônibus do transporte coletivo de Campo Grande.

7.2.5. RELATOR-CONSELHEIRO FRANCISCO NEVES JÚNIOR:**1. Inquérito Civil nº 06.2018.00001043-5**

Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Glória de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Poder Executivo Municipal

Assunto: Apurar suposta irregularidade na contratação de estagiários para atuar como apoio das crianças com necessidades especiais.

2. Inquérito Civil nº 06.2017.00001097-5

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Angélica

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Josias Barbosa dos Santos

Assunto: Apurar eventual dano ambiental consistente em criação de gado nas áreas de preservação permanente e área de reserva legal em regeneração, na coordenada geográfica 22K 204 256 - 7.549.425, no Assentamento Estrela do Sul.

3. Inquérito Civil nº 06.2017.00001423-8

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Angélica

Requerente: Anônimo

Requerido: Anízio Evangelista Rodrigues

Assunto: Apurar eventuais danos ambientais detectados em Área de Preservação Permanente, consistentes na criação de gado, na coordenada geográfica 22K205 290 7.550,056, no Assentamento Estrela do Sul, Município de Angélica, praticado, em tese, por Anízio Evangelista Rodrigues.

4. Inquérito Civil nº 06.2017.00000777-0

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Três Lagoas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Três Lagoas

Assunto: Apurar eventual desvio de finalidade no emprego de verbas públicas relativas ao FUNDEB, no pagamento de motoristas do Município de Três Lagoas.

7.2.6. RELATOR-CONSELHEIRO SILASNEITON GONÇALVES:**1. Inquérito Civil nº 06.2018.00000286-8**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Deodápolis

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar possível irregularidade no cumprimento da carga horária dos médicos, enfermeiros e farmacêuticos lotados no Hospital Municipal Cristo Rei e nos Postos de Saúde da Família deste município.

2. Inquérito Civil nº 06.2017.00000957-9 – SIGILOS

50ª Promotoria de Justiça da Execução Penal da comarca de Campo Grande

3. Inquérito Civil nº 06.2018.00000456-6 – SIGILOS

50ª Promotoria de Justiça da Execução Penal da Comarca de Campo Grande

4. Inquérito Civil nº 06.2018.00001034-6

34ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Mauro Melinsck, Claudelina Vicente Melinsck, Oshita Empreendimentos Imobiliários LTDA – EPP e Pedro Germano Abreu da Silva & Cia LTDA – ME.

Assunto: Apurar eventuais danos ambientais e possíveis violações à Lei Federal nº 6.766/79 consistente nos loteamentos clandestinos situados em imóveis na zona rural de Campo Grande, de possíveis matrículas nº 174.941 e nº 258.354 do Cartório de Registro de Imóveis da 1ª Circunscrição (área 1-C, 1-D e 1-E do desmembramento).

5. Inquérito Civil nº 06.2016.00000171-7 – SIGILOSO

30ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

6. Inquérito Civil nº 06.2016.00000736-6 – SIGILOSO

30ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

7. Inquérito Civil nº 06.2018.00001267-7

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Paranaíba

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Ruth Marcela Souza Ferreira Maróstica

Assunto: Apurar a possível prática de ato de improbidade administrativa pela servidora pública Ruth Marcela Souza Ferreira Maróstica, do Município de Paranaíba, consistente em suposta cumulação indevida de cargos públicos.

8. Inquérito Civil nº 06.2018.00001864-9

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: H de Albuquerque Flor-ME

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental do estabelecimento comercial denominado “H de Albuquerque Flor-ME”, neste Município, o qual estaria causando poluição sonora e do ar.

9. Inquérito Civil nº 06.2018.00002319-6

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Amambai

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Magcon Importação Exportação e Comércio de Madeiras

Assunto: Apurar notícia de eventual degradação ambiental revelada pela formação de estoque de madeiras serradas, sem cobertura ou em desacordo com o documento de origem florestal - DOF.

10. Inquérito Civil nº 06.2018.00001678-4

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Município de Coxim/MS e Sanesul

Assunto: Apurar a falta da implementação de rede de esgoto na região do centro de Coxim.

11. Inquérito Civil nº 06.2018.00001178-9 – SIGILOSO

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Caarapó

12. Inquérito Civil nº 06.2017.00000870-3 – SIGILOSO

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bela Vista

13. Inquérito Civil nº 06.2018.00000730-8 – SIGILOSO

17ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Dourados

14. Inquérito Civil nº 12/2014

67ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Verificar a situação do Centro de Triagem e Encaminhamento ao Migrante - CETREMI, nesta capital, com vistas a garantir os direitos das pessoas em situação de rua.

15. Inquérito Civil nº 17/2014

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Sete Quedas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Paranhos-MS

Assunto: Apurar a regularidade do contrato administrativo celebrado entre o município de Paranhos e a empresa Wof Engenharia e Consultoria Ltda., para a implementação de Sistema de Cadastro Técnico Rural Multifinalitário, operacionalizado em ambiente da rede mundial de computadores, no que pertine ao esgotamento do objeto contratual, sua prorrogação e continuidade de pagamentos.

16. Inquérito Civil nº 79/2008

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Agropecuária Mendes Alves Ltda.

Assunto: Apurar eventual inexistência/irregularidades de licença, conservação de solo, ausência de memorial descritivo de Reserva Legal, degradação de Área de Preservação Permanente.

17. Inquérito Civil nº 1/2018

32ª Promotoria de Justiça da Cidadania da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridas: Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso do Sul e a Secretaria Municipal de Saúde de Coxim

Assunto: Apurar possíveis irregularidades no fornecimento de vacinas contra o *vírus H1N1* no município de Coxim/MS.

18. Inquérito Civil nº 2/2015

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Iguatemi

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Câmara Municipal de Iguatemi

Assunto: Apurar a regularidade no pagamento de diárias aos vereadores do município de Iguatemi.

7.2.7. RELATOR-CONSELHEIRO ALEXANDRE LIMA RASLAN:**1. Procedimento Preparatório nº 06.2018.00001486-4**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nova Alvorada do Sul

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual prática de nepotismo na Administração Pública do Município de Nova Alvorada do Sul-MS.

2. Inquérito Civil nº 06.2018.00000356-7

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Deodápolis

Requerentes: Ministério Público Estadual e Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Deodápolis-MS - SINSEMD

Requerido: Município de Deodápolis

Assunto: Apurar eventuais irregularidades na folha de pagamento dos servidores públicos municipais.

3. Inquérito Civil nº 06.2016.00001443-4 – SIGILOSO

50ª Promotoria de Justiça da Execução Penal da comarca de Campo Grande

4. Inquérito Civil nº 06.2018.00003210-7 – SIGILOSO

2ª Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Sidrolândia

5. Inquérito Civil nº 06.2017.00000917-9

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Rio Brilhante

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Donato Lopes da Silva

Assunto: Apurar eventual prática de ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública, consistente na dispensa ilegal de licitação para contratação de empresas prestadoras de serviço de transporte de alunos e professores da rede municipal de ensino, realizada pelo Município de Rio Brilhante/MS.

6. Inquérito Civil nº 06.2017.00001007-5

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Naviraí

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apuração da notícia de prática de atos de improbidade administrativa decorrentes do fato de que servidores públicos municipais estariam vendendo túmulos localizados no cemitério municipal de Naviraí.

7. Inquérito Civil nº 06.2018.00002290-9

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Maracaju

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Jocimar Correa de Souza

Assunto: Apurar a ocorrência de dano ambiental oriundo de desmatamento ilegal na fazenda Panorama.

8. Inquérito Civil nº 06.2018.00002607-1

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ivinhema

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventuais danos ambientais decorrentes do incêndio ocorrido em Área de Preservação Permanente da fazenda Tocando em Frente, no município de Novo Horizonte do Sul.

9. Procedimento Preparatório nº 06.2016.00000351-5

2ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Aquidauana

Requerente: Eulálio Abel Barbosa

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a situação caótica em que se encontra a Associação Beneficente Ruralista de Assistência Médica Hospitalar - Hospital Funrural.

10. Inquérito Civil nº 06.2018.00000157-0

26ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul - IMASUL

Assunto: Investigar atrasos ou omissões do IMASUL em atender requisições do Ministério Público Estadual, o que reflete na demora e omissão em constatar, recuperar e compensar áreas de Reserva Legal.

11. Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002497-3

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nova Andradina

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Nova Andradina

Assunto: Apurar eventuais irregularidades no procedimento licitatório tipo pregão presencial nº 8/2011 para implantação de software da Rede Municipal de Ensino (Procedimento Preparatório nº 001/2011).

12. Inquérito Civil nº 06.2018.00002553-9 – SIGILOSO

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Maracaju

13. Inquérito Civil nº 06.2018.00000930-6

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Jardim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar possível degradação ambiental do rio Santo Antônio e do rio Miranda, decorrente da queda da ponte de concreto sobre o rio Santo Antônio, localizada no município de Guia Lopes da Laguna.

14. Inquérito Civil nº 06.2018.00002977-9 – SIGILOSO

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Caarapó

15. Inquérito Civil nº 06.2018.00000490-0 – SIGILOSO

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bela Vista

AVISO Nº 09/2019/SCSMP

A Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público, em cumprimento ao disposto no artigo 126 do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, após a distribuição por sorteio, dá conhecimento aos interessados da existência da promoção de arquivamento dos autos abaixo relacionados, para que, no prazo de 10 (dez) dias, querendo, apresentem razões escritas, peças informativas ou documentos que serão a estes juntados:

RELATOR CONSELHEIRO SILVIO CESAR MALUF:

1) Inquérito Civil nº 06.2018.00000724-1 - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Sonora - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Guilherme Agostinho, proprietário da fazenda Nossa Senhora Aparecida - Assunto: Apurar os fatos descritos no Auto de Infração nº 543052 emitido pelo Ibama em desfavor de Guilherme Agostinho e outros, referente a possível dano ambiental ocorrido na fazenda Nossa Senhora Aparecida localizada no município de Sonora/MS. (IC nº 10/2014, migrado para o SAJMP).

2) Inquérito Civil nº 06.2018.00001839-3 - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Inocência - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Enio Carlos Azambuja Bertho - Assunto: Apurar eventuais irregularidades jurídico-ambientais, consubstanciadas na supressão de árvores e ausência de isolamento das áreas de preservação permanente, na “Estância QB”.

RELATOR CONSELHEIRO ANTONIO SIUFI NETO:

1) Inquérito Civil nº 06.2018.00001866-0 - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Otavio Chela - Assunto: Apurar eventual dano ambiental ocorrido na fazenda Santo Antônio, em Alcinoópolis/MS, de propriedade do Senhor Otávio Chela, em razão da ocorrência de assoreamento, conforme Auto de Infração nº 9056409, Série E, do IBAMA. (IC nº 12/2015, migrado para o SAJMP).

2) Procedimento Preparatório nº 06.2018.00003372-8 - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Cassilândia - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Secretário Municipal de Saúde de Cassilândia/MS - Assunto: Apurar a jornada de trabalho irregular de servidores públicos da Secretaria Municipal de Saúde de Cassilândia/MS.

3) Inquérito Civil nº 06.2018.00001264-4 - 11ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Dourados - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar edificação/aterramento em imóvel em área verde municipal. (IC nº 03/2012, migrado para o SAJMP).

4) Inquérito Civil nº 06.2018.00000794-1 - 11ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Dourados - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul S.A. - SANESUL - Assunto: Apurar notícia indicativa de eventual irregularidade consistente na falta de rede de esgoto na rua Monte Castelo, entre as ruas Cafelândia e Rua Liberdade, em Dourados/MS. (IC nº 32/2014, migrado para o SAJMP).

RELATOR CONSELHEIRO BELMIRES SOLES RIBEIRO:

1) Inquérito Civil nº 06.2017.00001074-2 (Sigiloso) - 5ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Corumbá.

2) Inquérito Civil nº 06.2018.00001364-3 - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Rio Brilhante - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Maria de Lourdes Bittencourt Pedrosa Barbosa Coelho - Assunto: Apurar eventual prática de conduta lesiva ao meio ambiente na propriedade rural denominada fazenda Lança, localizada no território do município de Rio Brilhante/MS e que pertence à Srª Maria Lourdes Bittencourt Pedrosa Barbosa Coelho, consistente na suposta existência de área de Reserva Legal sem cobertura vegetal e na ausência de identificação e delimitação no respectivo mapa das áreas de veredas localizadas no interior do imóvel.

3) Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002737-0 - 25ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Adriana Omine - Assunto: Apurar eventuais irregularidades na realização de tratamento estético exclusivo da área médica.

4) Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002712-6 - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Sonora - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Empresa Rio Corrente Agrícola S.A - Assunto: Apurar a regularidade das atividades de queima controlada de palha de cana realizadas pela empresa Rio Corrente Agrícola S.A.

5) Inquérito Civil nº 06.2018.00000775-2 (Sigiloso) - 31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande.

RELATOR CONSELHEIRO JOÃO ALBINO CARDOSO FILHO:

1) Inquérito Civil nº 06.2018.00002554-0 (Sigiloso) - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Maracaju.

2) Inquérito Civil nº 06.2017.00000642-7 (Sigiloso) - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bela Vista.

RELATOR CONSELHEIRO FRANCISCO NEVES JÚNIOR:

1) Inquérito Civil nº 06.2019.00000326-0 - 2ª Promotoria de Justiça do Idoso da comarca de Naviraí - Requerente: Enderson Antonio Bogas Severi - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar a notícia de falta de acessibilidade, ante a inobservância do disposto no artigo 11, parágrafo único, inciso I da Lei nº 10098/2000, por parte do município de Naviraí, nas proximidades da igreja localizada na praça central desta cidade.

2) Inquérito Civil nº 06.2018.00000112-5 - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Camapuã - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Camapuã - Assunto: Apurar a regularidade da inserção da frase “União e Trabalho” no uniforme escolar local, supostamente utilizada na campanha eleitoral do atual prefeito.

3) Procedimento Preparatório nº 06.2018.00003342-8 - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Sonora - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Sonora - Assunto: Apurar eventual existência de irregularidades no cumprimento da carga horária da servidora Anderlourdes Aparecida, a qual, além de Presidente do Sindicato dos Servidores Municipais, também é professora da rede municipal de educação.

RELATOR CONSELHEIRO EDGAR ROBERTO LEMOS DE MIRANDA:

1) Inquérito Civil nº 06.2018.00001083-5 (Sigiloso) - 2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Histórico e Cultural da comarca de Bonito.

2) Inquérito Civil nº 06.2019.00000141-8 - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Rio Verde de Mato Grosso - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Agropecuária Sucuri Ltda. - Assunto: Apurar eventual desmatamento ilegal no interior da fazenda Sucuri, bem como a regularidade das áreas de preservação permanente e reserva legal.

3) Inquérito Civil nº 06.2018.00003610-3 (Sigiloso) - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Rio Verde de Mato Grosso.

4) Inquérito Civil nº 06.2018.00002423-0 - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Mundo Novo - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município Mundo Novo/MS - Assunto: Apurar a contratação de pães e bolos pela Administração Pública de Mundo Novo, por meio do Pregão Presencial nº 024/2016, com diversas empresas e eventuais reflexos na seara da improbidade administrativa. (IC nº 16/2016, migrado para o SAJMP).

5) Inquérito Civil nº 06.2017.00000871-4 (Sigiloso) - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bela Vista.

6) Inquérito Civil nº 06.2018.00001897-1 - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Sidrolândia - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Algacir Batista de Abreu - Assunto: Apurar eventual dano ambiental causado na propriedade denominada fazenda Duas Meninas, no município de Sidrolândia/MS. (IC nº 21/2016, migrado para SAJMP).

RELATORA CONSELHEIRA JACEGUARA DANTAS DA SILVA:

1) Inquérito Civil nº 06.2018.00001818-2 - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Visando apurar o acúmulo de lixo/entulhos no Ferro Velho localizado na rua Otacílio Severo dos Santos em Coxim/MS. (IC nº 24/2014, migrado para o SAJMP).

2) Inquérito Civil nº 06.2018.00000894-0 - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Adriano Rodrigues dos Santos - Assunto: Apurar o depósito irregular de madeiras conhecidas como aroeira, bem como o desmate de 2,5ha de vegetação nativa, sem a devida licença ambiental. (IC nº 33/2016, migrado para o SAJMP).

3) Inquérito Civil nº 06.2018.00000511-0 (Sigiloso) - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bela Vista.

RELATOR CONSELHEIRO SILASNEITON GONCALVES:

1) Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002630-5 - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Sonora - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Prefeitura Municipal de Sonora - Assunto: Apurar possível ato de improbidade administrativa praticado em desfavor do município de Sonora/MS, através do Processo Licitatório nº 157/2017, pela aquisição de produtos de informática em preços superiores aos de mercado.

2) Inquérito Civil nº 06.2018.00000896-2 - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Fazenda Lagoa da Mata - Assunto: Apurar notícia oriunda do

Núcleo de Geoprocessamento Remoto - PGJ/MS, de eventual ilícito ambiental na fazenda Lagoa da Mata, localizada em Bela Vista, e a necessidade de regularizar a área de reserva legal e a degradação em área de preservação permanente, junto ao órgão ambiental. (IC nº 22/2013, migrado para o SAJMP).

3) Inquérito Civil nº 06.2018.00000898-4 (Sigiloso) - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bela Vista.

4) Inquérito Civil nº 06.2017.00000461-8 (Sigiloso) - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bela Vista.

RELATOR CONSELHEIRO ALEXANDRE LIMA RASLAN:

1) Inquérito Civil nº 06.2018.00001935-9 - Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Sete Quedas - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Paranhos/MS - Assunto: Apurar falta de vagas em creches do município de Paranhos/MS. (IC nº 06/2016, migrado para o SAJMP).

2) Inquérito Civil nº 06.2018.00002769-2 - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Porto Murtinho - Requerente: Vara do Trabalho da comarca de Jardim/MS - Requerido: Município de Porto Murtinho - Assunto: Apurar eventuais irregularidades na execução do contrato administrativo de prestação de serviço, utilizados em eventos musicais patrocinados pelo município de Porto Murtinho, celebrado com a empresa Luiz Quirino de Oliveira - Eventos Musicais-ME. (IC nº 11/2016, migrado para o SAJMP).

3) Inquérito Civil nº 06.2018.00002396-3 - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Mundo Novo - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Município de Japorã/MS e Vanderley Bispo de Oliveira - Prefeito Municipal de Japorã/MS - Assunto: Apurar e adotar providências em relação à negligência do Prefeito do Município de Japorã/MS na apresentação do Relatório de Gestão 2015 e 2016 e do Demonstrativo Sintético Físico-Financeiro FEAS 2016, o que ocasionou no bloqueio do recurso destinado à municipalidade, referente ao Cofinanciamento do Fundo Especial de Assistência Social (FEAS).

4) Procedimento Preparatório nº 06.2019.00000279-4 - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Sete Quedas - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar eventual desmatamento de 0,5 hectare de mata nativa na P.A. São José do Jotabó, lote 34, Paranhos.

Campo Grande, 8 de abril de 2019.

ALEXANDRE LIMA RASLAN
Procurador de Justiça
Secretário do Conselho Superior do MP

SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS

AVISO Nº 055/2019-GED

**XXI PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, por intermédio do Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo, conforme disposto no art. 24 da Resolução nº 015/2010/PGJ, de 27 de julho de 2010, **TORNA PÚBLICA** a **DESISTÊNCIA TEMPORÁRIA** da vaga de estagiária da candidata **ANDRIELY JULIANA FRANÇA**, aprovada em 1º lugar no XXI Processo de Seleção de Estagiários do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, homologado por meio do Aviso nº 001/2018-GED, de 2 de agosto de 2018, publicado no DOMP nº 1789, de 3 de agosto de 2018, referente ao curso de Arquitetura e Urbanismo, Nível Graduação, da comarca de Campo Grande, renunciando à sua classificação original e sendo reposicionada em último lugar na fila dos aprovados, nos termos do item 7 do Capítulo X – Da Convocação e Admissão – do Edital nº 001/2018, publicado no DOMP nº 1700, de 26 de março de 2018 e **DECLARA** a **DECADÊNCIA** do direito de ser empossado dos candidatos abaixo relacionados aprovados no referido Processo de Seleção, uma vez que tais candidatos não apresentaram a documentação necessária ao credenciamento nos prazos indicados no Aviso de Convocação nº 045/2019-GED, publicado no DOMP nº 1921, de 1º de março de 2019 e retificado pelo Aviso de Convocação nº 046/2019-GED, publicado no DOMP nº 1923, de 8 de março de 2019.

COMARCA	NÍVEL DE ENSINO	CANDIDATO	POSIÇÃO
Bonito	Letras – Nível Graduação	Jennefer Xavier Cavalheiro	1º
Campo Grande	Administração – Nível Graduação	Léo Felipe Ferreira Souza	11º
Coxim	Ensino Médio - Nível Médio	Mariana Dias Nogueira	2º
Coxim	Ensino Médio – Nível Médio	Eitor Bernardes de Paiva	3º
Ribas do Rio Pardo	Ensino Médio – Nível Médio	Leandro Cavalheiro	1º

Campo Grande, 8 de abril de 2019.

HELTON FONSECA BERNARDES
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo

AVISO Nº 056/2019-GED

XXI PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, por intermédio do Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo, conforme disposto no art. 24 da Resolução nº015/2010/PGJ, de 27 de julho de 2010, **CONVOCA** os candidatos aprovados no XXI Processo de Seleção de Estagiários do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, homologado por meio do Aviso nº 001/2018-GED, de 2 de agosto de 2018, publicado no DOMP nº 1789, de 3 de agosto de 2018, para entrega dos documentos necessários ao credenciamento.

Os candidatos convocados deverão comparecer, nos locais, nos dias e horários mencionados no quadro abaixo, munidos dos documentos relacionados no capítulo X do Edital nº 001/2018, de 23 de março de 2018, publicado no DOMP nº 1700, de 26 de março de 2018, especificados, respectivamente, no item 3 desse aviso.

1. CANDIDATOS CONVOCADOS - COMARCA DE CAMPO GRANDE

LOCAL: Secretaria de Gestão de Pessoas - SGP, situada na Procuradoria-Geral de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, localizada na Rua Presidente Manuel Ferraz de Campos Salles, 214- Jardim Veraneio, Campo Grande - MS, nos dias e horários mencionados no quadro abaixo

ADMINISTRAÇÃO – NÍVEL GRADUAÇÃO TURNOS VESPERTINO

DATA	HORÁRIO	CANDIDATO	POSIÇÃO
16/04/2019	14h	DANIELLY ARAUJO DA SILVA	12ª

ARQUITETURA E URBANISMO – NÍVEL GRADUAÇÃO TURNOS MATUTINO

DATA	HORÁRIO	CANDIDATO	POSIÇÃO
16/04/2019	10h30min	LUAN TEIXEIRA TAKAHASHI	2ª
16/04/2019	10h30min	ALEXANDRA TIEMI MISE LONDON	3ª

ARQUITETURA E URBANISMO – NÍVEL GRADUAÇÃO TURNOS VESPERTINO

DATA	HORÁRIO	CANDIDATO	POSIÇÃO
16/04/2019	14h	HANNAH VIVIAN AQUINO BORGES	2ª

ENGENHARIA AMBIENTAL – NÍVEL GRADUAÇÃO TURNOS MATUTINO

DATA	HORÁRIO	CANDIDATO	POSIÇÃO
16/04/2019	10h30min	HEITOR DE SOUSA PANTAROTTO	3ª

GEOGRAFIA – NÍVEL GRADUAÇÃO

TURNO MATUTINO

DATA	HORÁRIO	CANDIDATO	POSIÇÃO
16/04/2019	10h30min	MARIA LUÍSA GONÇALVES MARTINEZ	1ª

2. CANDIDATOS CONVOCADOS – COMARCA DE COXIM

LOCAL: Promotoria de Justiça de Coxim, situada na Avenida Márcio Lima Nantes, nº 105, Vila São Salvador, Coxim - MS.

ENSINO MÉDIO – NÍVEL MÉDIO

DATA	HORÁRIO	CANDIDATO	POSIÇÃO
16/04/2019	14h	JHONATAN PICININ RIBEIRO	4ª
16/04/2019	14h	GUSTAVO BORGES DE OLIVEIRA	5ª

3. RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO:

ITEM	DISCRIMINAÇÃO
1	Fotocópia legível da cédula de identidade e do CPF;
2	Declaração ou certidão de matrícula atualizada, emitida pela instituição de ensino, que informe o ano letivo / turno / semestre / número de dependências de disciplinas e data prevista de conclusão do curso (não será aceito documento que não contenha todas essas informações);
3	Atestado médico que comprove a aptidão clínica necessária à realização das atividades do estágio, por meio de anamnese e exame físico;
4	Certidões criminais dos cartórios distribuidores das Justiças Federal e Estadual que abranjam localidades onde o candidato houver residido nos últimos cinco anos; Certidão e/ou atestado de antecedentes criminais fornecidas pelas Polícias Federal e Estadual que abranjam localidades onde o candidato houver residido nos últimos cinco anos;
5	Declaração pessoal de ausência dos impedimentos previstos no art. 42, inciso I da Resolução nº 015/2010-PGJ e art. 19 da Resolução nº 42 do Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP;
6	Declaração pessoal do não exercício da advocacia pública ou privada e de estágio em qualquer outro órgão público ou privado;
7	Atestado de exame ABO-RH;
8	Número da agência e da conta corrente no Banco do Brasil (exceto poupança);
9	02 fotografias coloridas, 3x4 recentes;
10	Ficha de Cadastro manuscrito/digitado em todos os campos e assinada;
11	Declaração de não participação em diretoria de Partido Político;

Cumpra-se observar que diante de previsão expressa no Edital nº 001/2018-GED, no capítulo “X – Da Convocação e Admissão”, item 4, antes da entrega dos documentos necessários ao credenciamento: “O candidato regularmente convocado deverá manifestar-se, por meio de mensagem eletrônica, ou apresentar-se no local informado no aviso de convocação, no prazo de 3 (três) dias úteis, para formalizar manifestação quanto ao interesse no exercício do estágio, desistência ou transposição para o final de lista, se for caso, sob pena de eliminação do Processo de Seleção”.

O “e-mail” em que a manifestação deverá ser enviada é estagiariosadm@mpms.mp.br.

Campo Grande, 8 de abril de 2019.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo

AVISO Nº 057/2019-GED**XXI PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, por intermédio do Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo, conforme disposto nos arts. 24 e 30, §4º, da Resolução nº015/2010/PGJ, de 27 de julho de 2010, **CONVOCA** os candidatos do curso de Nível Médio da comarca de Ivinhema aprovados no XXI Processo de Seleção de Estagiários do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, homologado por meio do Aviso nº 001/2018-GED, de 2 de agosto de 2018, publicado no DOMP nº 1789, de 3 de agosto de 2018, para manifestação de interesse no exercício presencial de estágio de Nível Médio na comarca de Angélica.

Os candidatos aprovados no XXI Processo de Seleção de Estagiários do MPMS, deverão manifestar-se impreterivelmente no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre o interesse em assumir vaga em disponibilidade na Promotoria de Justiça de Angélica – MS, através da Manifestação de Interesse de Estágio a ser enviado no endereço eletrônico: estagiariosadm@mpms.mp.br.

Os candidatos que fizerem a opção pela comarca de Angélica renunciam às vagas oferecidas na comarca de Ivinhema.

É oferecida uma vaga de estágio de Nível Médio para a Promotoria de Justiça de Angélica.

CANDIDATOS CONVOCADOS da comarca de Ivinhema, para manifestar interesse na opção de realizar estágio na comarca de Angélica

NOME DO(A) CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO
Caio Terenciani Barbosa	4º
Gabriel Andrade Romão Britto	5º
Brenda Lee Martins	6º
João Victor De Oliveira Batista	7º
Joicy De Jesus Crippa	8º

Campo Grande, 8 de abril de 2019.

HELTON FONSECA BERNARDES
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DA CARTA-CONTRATO Nº 082/PGJ/2019

Processo: PGJ/10/0436/2019.

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo, **Helton Fonseca Bernardes**;

2- **IVAN DIAS DE QUEIROZ**.

Amparo legal: artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e Resolução nº 0024/2017-PGJ, de 16 de outubro de 2017. Objeto: Prestação de serviço de jardinagem no edifício-sede da Promotoria de Justiça da comarca de Aparecida do Taboado/MS, a ser executado mensalmente, desde que haja necessidade e solicitação do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor estimado mensal: R\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2019NE000463, de 31.01.2019.

Vigência: 12.02.2019 a 31.12.2019.

Data de assinatura: 12 de fevereiro de 2019.

EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA**COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL****CAMPO GRANDE****EDITAL Nº 004/2019/PA**

A 42ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração de Procedimento Administrativo que está à disposição para consulta de quem possa interessar no seguinte endereço eletrônico: www.mpms.mp.br.

Procedimento Administrativo n. 09.2019.00001032-8

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Município de Campo Grande.

Assunto: Acompanhar a revisão da legislação correlata ao Zoneamento Ecológico-Econômico do Município de Campo Grande-MS.

Campo Grande, 04 de abril de 2019.

ANDRÉIA CRISTINA PERES DA SILVA

Promotora de Justiça

EDITAL Nº 007/2019/IC

A 42ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição para consulta de quem possa interessar no seguinte endereço eletrônico: www.mpms.mp.br.

Inquérito Civil nº 06.2019.00000227-2

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Estado e Município.

Assunto: Apurar a ocorrência de danos à Morada dos Baís, localizada na avenida Noroeste, n. 5.140, Centro, Campo Grande-MS, patrimônio histórico e cultural tombado por dois entes federativos, quais sejam, Estado e Município, em razão dos vários danos estruturais que comprometem a estabilidade e a preservação da construção e, por não possuir instalações elétricas adequadas, enseja risco de incêndio.

Campo Grande, 26 de março de 2019.

ANDRÉIA CRISTINA PERES DA SILVA

Promotora de Justiça

COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA**JARDIM****EDITAL Nº 006/2019/01PJ/JIM****EDITAL DE CIÊNCIA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS**

A Promotora de Justiça da 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Jardim/MS, faz saber, a quem possa interessar, que a partir do 5º (quinto) dia subsequente à data da publicação deste edital no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, se não houver oposição, eliminará os procedimentos constantes na Lista de Eliminação de Documentos n.º 06/2019, nos termos do artigo 12 da Resolução n.º 025/2018-PGJ, de 06 de novembro de 2018.

Os interessados, que tiverem alguma oposição, deverão apresentá-la por escrito, devidamente fundamentada, desde que tenham qualificação e demonstrem legitimidade para o referido questionamento, à 2ª Promotoria de Justiça de Jardim/MS, localizada na Av. Coronel Stuck, nº 85, Centro.

Jardim, 04 de abril de 2019.

LIA PAIM LIMA
Promotora de Justiça

PROVENIÊNCIA (2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Jardim)			PROCEDÊNCIA (2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Jardim/MS)		
Órgão/Setor: 2ª PJ Jardim			Órgão/Setor: PJ Jardim		
LISTA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS Nº 06/2019					
CLASSE	SUB CLASSE	DOCUMENTO	JUSTIFICATIVA DA ELIMINAÇÃO	ANO INICIAL	ANO FINAL
200	050	Noticia de Fato nº 01/2015 – Requerente a menor J. R. J. A. – Infância e Juventude	Conforme disposto na Resolução nº 25/2018-PGJ, de 06.11.2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda	2015	2018
200	050	Noticia de Fato nº 02/2015 – Assunto situação de risco do menor S. de S. dos S. – Infância e Juventude		2015	2018
200	050	Noticia de Fato nº 03/2015 – Requerente o menor A. da S. C. – Infância e Juventude		2015	2018
200	050	Noticia de Fato nº 04/2015 – Assunto situação de risco do menor S. A. F. L. – Infância e Juventude		2015	2018
200	050	Noticia de Fato nº 06/2015 – Requerido Município de GLL – Infância e Juventude		2015	2018
200	050	Noticia de Fato nº 08/2015 – Requerido José Sadi Won Muhler – Criminal		2015	2018
200	050	Noticia de Fato nº 10/2015 – Assunto evento do carnaval - Infância e Juventude		2015	2018
200	050	Noticia de Fato nº 12/2015 – requerente o menor M. de A. S. – Infância e Juventude		2015	2018

200	050	Notícia de Fato nº 14/2015 – Assunto recusa de atendimento médico a gestante R. C. M. – Infância e Juventude		2015	2018
200	050	Notícia de Fato nº 15/2015 – Requerido o menor C. C. G. B. – Infância e Juventude		2015	2018
200	050	Notícia de Fato nº 16/2015 – Assunto situação de risco do menor R. de O. M. – Infância e Juventude		2015	2018
200	050	Notícia de Fato nº 20/2015 – Assunto situação de risco do menor L. A. S. – Infância e Juventude		2015	2018
200	050	Notícia de Fato nº 21/2015 – Assunto situação de risco do menor P. R. D. – Infância e Juventude		2015	2018
200	050	Notícia de Fato nº 22/2015 – Requerente o menor M. R. C. A. – Infância e Juventude		2015	2018
200	050	Notícia de Fato nº 23/2015 – Requerido o menor F. da S. E. e outros – Infância e Juventude		2015	2018
200	050	Notícia de Fato nº 24/2015 – Assunto notícia a prática de ato infracional pelo menor F. da S. E. – Infância e Juventude		2015	2018
200	050	Notícia de Fato nº 25/2015 – Assunto notícia a prática de ato infracional pelo menor F. da S. E. – Infância e Juventude		2015	2018
200	050	Notícia de Fato nº 26/2015 – Assunto notícia a prática de ato infracional pelo menor F. da S. E. – Infância e Juventude		2015	2018
200	050	Notícia de Fato nº 27/2015 – Assunto notícia a prática de ato infracional pelo menor F. da S. E. – Infância e Juventude		2015	2018
200	050	Notícia de Fato nº 28/2015 – Assunto notícia a prática de ato infracional pelo menor F. da S. E. – Infância e Juventude		2015	2018
200	050	Notícia de Fato nº 29/2015 – Assunto notícia a prática de ato infracional pelo menor F. da S. E. – Infância e Juventude		2015	2018
200	050	Notícia de Fato nº 30/2015 – Assunto notícia a prática de		2015	2018

		ato infracional pelo menor F. da S. E. – Infância e Juventude			
200	050	Notícia de Fato nº 31/2015 – Assunto notícia a prática de ato infracional pelo menor D. B. da S. – Infância e Juventude		2015	2018
200	050	Notícia de Fato nº 32/2015 – Assunto notícia a prática de ato infracional pelo menor M. M. P. – Infância e Juventude		2015	2018
200	050	Notícia de Fato nº 33/2015 – Assunto notícia a prática de ato infracional pelo menor M. M. P. – Infância e Juventude		2015	2018
200	050	Notícia de Fato nº 34/2015 – Assunto notícia a prática de ato infracional pelo menor M. M. P. – Infância e Juventude		2015	2018
200	050	Notícia de Fato nº 35/2015 – Assunto notícia a prática de ato infracional pelo menor M. M. P. – Infância e Juventude		2015	2018
200	050	Notícia de Fato nº 36/2015 – Assunto notícia a prática de ato infracional pelo menor M. M. P. – Infância e Juventude		2015	2018
200	050	Notícia de Fato nº 37/2015 – Assunto notícia a prática de ato infracional pelo menor M. M. P. – Infância e Juventude		2015	2018
200	050	Notícia de Fato nº 38/2015 – Assunto notícia a prática de ato infracional pelo menor M. M. P. – Infância e Juventude		2015	2018
200	050	Notícia De Fato Nº 39/2015 – Assunto Notícia A Prática De Ato Infracional Pelo Menor M. M. P. – Infância E Juventude		2015	2018
200	050	Notícia de Fato nº 40/2015 – Assunto notícia a prática de ato infracional pelo menor M. M. P. – Infância e Juventude		2015	2018
200	050	Notícia de Fato nº 41/2015 – Assunto notícia a prática de ato infracional pelo menor M. M. P. – Infância e Juventude		2015	2018
200	050	Notícia de Fato nº 42/2015 – Assunto notícia a prática de		2015	2018

		ato infracional pelo menor M. M. P. – Infância e Juventude			
200	050	Notícia de Fato nº 43/2015 – Assunto notícia a prática de ato infracional pelo menor M. M. P. – Infância e Juventude		2015	2018
200	050	Notícia de Fato nº 44/2015 – Assunto notícia a prática de ato infracional pelo menor M. M. P. – Infância e Juventude		2015	2018
200	050	Notícia de Fato nº 45/2015 – Assunto notícia a prática de ato infracional pelo menor M. M. P. – Infância e Juventude		2015	2018
200	050	Notícia de Fato nº 46/2015 – Assunto notícia a prática de ato infracional pelo menor M. M. P. – Infância e Juventude		2015	2018
200	050	Notícia de Fato nº 52/2015 – fechamento de sala de aula na Escola Estadual Alziro Lopes – Infância e Juventude		2015	2018
200	050	Notícia de Fato nº 55/2015 – Requerente Hospital Edelmira Nunes de Oliveira– Patrimônio Público		2015	2018
200	050	Notícia de Fato nº 57/2015 – Requerida Glaucia Dias - Infância e Juventude		2015	2018
200	050	Notícia de Fato nº 58/2015 – Assunto menor A. E. C. em situação de risco – Infância e Juventude		2015	2018
200	050	Notícia de Fato nº 64/2015 – Assunto negativa de vaga No EJA da menor P. C. S Lopes – Infância e Juventude		2015	2018
200	050	Notícia de Fato nº 65/2015 – Assunto possível abuso de policiais militares – Vítimas de infrações penais		2015	2018
200	050	Notícia de Fato nº 68/2015 – Assunto infração administrativa pratica pela menor L. de S. E. – Infância e Juventude		2015	2018
200	050	Notícia de Fato nº 69/2015 – Assunto negativa de vaga no EJA para a menor L. C. de G. – Infância e Juventude		2015	2018

200	050	Notícia de Fato nº 71/2015 – Assunto negativa de vaga no EJA para o menor D. J. de S. – Infância e Juventude	2015	2018
200	050	Notícia de Fato nº 73/2015 – Requerido Prefeito de Jardim MS – Infância e Juventude	2015	2018
200	050	Notícia de Fato nº 74/2015 – Assunto menor P. dos S. M. em situação de risco – Infância e Juventude	2015	2018
200	050	Notícia de Fato nº 75/2015 – Assunto menor F. L. P. em situação de risco – Infância e Juventude	2015	2018
200	050	Notícia de Fato nº 76/2015 – Assunto menor M. G. F. em situação de risco – Infância e Juventude	2015	2018
200	050	Notícia de Fato nº 77/2015 – Assunto notícia tentativa de homicídio por C. A. M. – Criminal	2015	2018
200	050	Notícia de Fato nº 81/2015 – Assunto menor P. R. D. em situação de risco – Infância e Juventude	2015	2018
200	050	Notícia de Fato nº 83/2015 – Requerente Sandra Fátima Campos – Civil	2015	2018
200	050	Notícia de Fato nº 89/2015 – Assunto menor com direito violado – Infância e Juventude	2015	2018
200	050	Notícia de Fato nº 90/2015 – Requerente Antonia Gonçalves – Criminal	2015	2018
200	050	Notícia de Fato nº 92/2015 – Assunto menor T. K. A. em situação de risco – Infância e Juventude	2015	2018
200	050	Notícia de Fato nº 93/2015 – Assunto notícia depredação da Escola Agrícola em GLL – Infância e Juventude	2015	2018
200	050	Notícia de Fato nº 94/2015 – Assunto atendimento médico ao menor L. T. O. – Infância e Juventude	2015	2018
200	050	Notícia de Fato nº 95/2015 – Assunto menor E. V. M. em situação de risco – Infância e Juventude	2015	2018
200	050	Notícia de Fato nº 97/2015 – Requerente Shirla Pache – Patrimônio Público.	2015	2018
200	050	Notícia de Fato nº 98/2015 – Assunto entrada de menor	2015	2018

		em show Baile sem alvará judicial – Infância e Juventude			
200	050	Notícia de Fato nº 99/2015 – Assunto menor P. R. D. em situação de risco – Infância e Juventude		2015	2018
200	050	Notícia de Fato nº 100/2015 – Assunto menor C. F. R. em situação de risco – Infância e Juventude		2015	2018
200	050	Notícia de Fato nº 101/2015 – Assunto menores E. G. A, K. G. A. e M. G. A. em situação de risco – Infância e Juventude		2015	2018
200	050	Notícia de Fato nº 102/2015 – Assunto pagamento indevido ao Médico C. R. S. de S. pelo Município de Guia Lopes da Laguna- Patrimônio Público.		2015	2018
200	050	Notícia de Fato nº 103/2015 – Assunto utilização de bem público indevidamente – Patrimônio Público .		2015	2018
200	050	Notícia de Fato nº 104/2015 – Assunto menor M. P. F. em situação de risco – Infância e Juventude		2015	2018
200	050	Notícia de Fato nº 105/2015 – Assunto possível abuso de autoridade pelos policiais civis H.A. de L. e E. Q. M. J. – vítimas de infrações penais		2015	2018
200	050	Notícia de Fato nº 107/2015 – Assunto menor C. R. P. em situação de risco – Infância e Juventude		2015	2018
200	050	Notícia de Fato nº 108/2015 – Assunto menores OFO, GFO, CF e JVF em situação de risco – Infância e Juventude		2015	2018
200	050	Notícia de Fato nº 109/2015 – Assunto menor L. e G. em situação de risco – Infância e Juventude		2015	2018
200	050	Notícia de Fato nº 110/2015 – Assunto ausência de vagas em creche no município de Jardim MS– Infância e Juventude		2015	2018
200	050	Notícia de Fato nº 111/2015 – Assunto menor E. A. P. em situação de risco – Infância e Juventude		2015	2018

200	050	Notícia de Fato nº 112/2015 – Requerente T2 Engenharia e Arquitetura EIRELE – EPP – Patrimônio Público.		2015	2018
200	050	Notícia de Fato nº 113/2015 – Assunto menor V. D. O. em situação de risco – Infância e Juventude		2015	2018
200	050	Notícia de Fato nº 114/2015 – Requerentes Ronaldo B. Pereira, Valério A. Arguelho e Ademar Barros - Vereadores de Guia Lopes da Laguna. Patrimônio Público.		2015	2018
200	050	Notícia de Fato nº 115/2015 – Assunto menor V. R. da S. em situação de risco – Infância e Juventude		2015	2018
200	050	Notícia de Fato nº 116/2015 – Assunto ausência de transporte de escolares na retirada da Laguna – Infância e Juventude		2015	2018
200	050	Notícia de Fato nº 117/2015 – Assunto menor E. V. Vera. em situação de risco – Infância e Juventude		2015	2018
200	050	Notícia de Fato nº 118/2015 – Assunto menor K. F. L. em situação de risco – Infância e Juventude		2015	2018
200	050	Notícia de Fato nº 119/2015 – Assunto possíveis infrações disciplinares praticadas – omissão -por Conselheiros Tutelares de Jardim MS – Infância e Juventude		2015	2018
200	050	Notícia de Fato nº 120/2015 – Assunto ato de improbidade administrativa pelos gestores de Jardim MS – Patrimônio Público.		2015	2018
200	050	Notícia de Fato nº 121/2015 – Assunto menor G. A. L. em situação de risco – Infância e Juventude		2015	2018
200	050	Notícia de Fato nº 122/2015 – Requerido Poder Executivo de GLL – Patrimônio Público		2015	2018
200	050	Notícia de Fato nº 123/2015 – Assunto menor S. X. G. e X. G. em situação de risco – Infância e Juventude		2015	2018
200	050	Notícia de Fato nº 124/2015 – Assunto menor M. E B.		2015	2018

		O. em situação de risco – Infância e Juventude			
200	050	Notícia de Fato nº 125/2015 – Assunto menor D. B. em situação de risco – Infância e Juventude		2015	2018
200	050	Notícia de Fato nº 130/2015 – Assunto menor R. D. R.. em situação de risco – Infância e Juventude		2015	2018
200	050	Notícia de Fato nº 132/2015 – Assunto ausência de vaga escolar para o menor E. L. E. O. – Infância e Juventude		2015	2018
200	050	Notícia de Fato nº 137/2015 – Assunto eventual irregularidade na apreensão do adolescente E. M. S. L – Infância e Juventude		2015	2018
200	050	Notícia de Fato nº 141/2015 – Assunto menor L. A. F. em situação de risco – Infância e Juventude		2015	2018
200	050	Notícia de Fato nº 143/2015 – Assunto negativa de matricula no EJA para o menor J. V. G. V. – Infância e Juventude		2015	2018
200	050	Notícia de Fato nº 146/2015 – Assunto menor M. P. F. em situação de risco – Infância e Juventude		2015	2018
200	050	Notícia de Fato nº 148/2015 – Assunto prática ilegal de advocacia pelo advogado presidente da Câmara de GLL – Patrimônio Público		2015	2018
200	050	Notícia de Fato nº 149/2015 – Assunto violação de direito da menor M. A. A. C. – Infância e Juventude		2015	2018
200	050	Notícia de Fato nº 152/2015 – Assunto menor M. G. G. em situação de risco – Infância e Juventude		2015	2018
200	050	Notícia de Fato nº 153/2015 – Requerente R. L. S. – Violência Domestica.		2015	2018
200	050	Notícia de Fato nº 154/2015 – Assunto menor J. V. B. A. em situação de risco – Infância e Juventude		2015	2018
200	050	Notícia de Fato nº 155/2015 – Assunto menor R. V. de O. A. em situação de risco – Infância e Juventude		2015	2018
Responsável pelo preenchimento: Lúcia Stein Basso, Auxiliar, matrícula 800419-6 Data do preenchimento: 04/04/2019					

PONTA PORÃ

EDITAL Nº 0022/2019/01PJ/PPR

A 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de Ponta Porã/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo nº 09.2018.00003477-1, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha nº 1.613 – Jd. Ipanema. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo n. 09.2018.00003477-1

Requerente(s): Ministério Público Estadual

Requerido(s): Renato Viott, Ivonete da Silva Viott

Assunto: acompanhar o cumprimento de acordo judicial nos autos da Ação Civil Pública nº 0800522-39.2014.8.12.0019 objetivando a regularização ambiental pelos danos causados na Fazenda Lagoa do Jacaré.

Ponta Porã/MS, 28 de fevereiro de 2019

GABRIEL DA COSTA RODRIGUES ALVES

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0029/2019/01PJ/PPR

A 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Comarca de Ponta Porã/MS torna pública a instauração/recebimento do presente Inquérito Civil nº 06.2018.00001307-6, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha nº 1.613 – Jd. Ipanema. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2018.00001307-6.

Requerente(s): Ministério Público Estadual.

Requerido(s): Edemilson José Holler.

Assunto: apurar a prática de ato de improbidade administrativa consistente na liberação ilegal de veículo apreendido durante tramitação do Inquérito Policial nº 0000398-55.2015.8.12.0019

Ponta Porã/MS, 04 de abril de 2019.

GABRIEL DA COSTA RODRIGUES ALVES

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0024/2019/01PJ/PPR

A 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de Ponta Porã/MS torna pública a instauração/recebimento do presente Inquérito Civil nº 06.2019.00000073-0, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha nº 1.613 – Jd. Ipanema. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2019.00000073-0.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerida: Selma Queiroz Silva.

Assunto: apurar ocorrência de dano ambiental decorrente de desmatamento ilegal na Fazenda Cedro no município de Antônio João.

Ponta Porã/MS, 18 de março de 2019.

GABRIEL DA COSTA RODRIGUES ALVES

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0025/2019/01PJ/PPR

A 1ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da Comarca de Ponta Porã/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2019.00000083-0, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha nº 1.613 – Jd. Ipanema. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Inquérito Civil n. 06.2019.00000083-0

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido(s): Estado de Mato Grosso do Sul, Instituto Gerir - Hospital Regional Doutor José de Simone Neto.

Assunto: apurar a carência de profissionais de enfermagem, tanto de nível médio quanto superior no Hospital Regional de Ponta Porã conforme apontado em relatório de fiscalização pelo Conselho Regional de Enfermagem.

Ponta Porã/MS, 18 de março de 2019.

GABRIEL DA COSTA RODRIGUES ALVES

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0026/2019/01PJ/PPR

A 1ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da Comarca de Ponta Porã/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo nº 09.2019.00000107-3, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha, nº 1.613 – Jd. Ipanema. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo nº 09.2019.00000107-3.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Município de Antônio João.

Assunto: acompanhar as ações da Vigilância Sanitária Municipal e Corpo de Bombeiros com relação à regularidade do funcionamento dos estabelecimentos tipo bar localizados no município de Antônio João.

Ponta Porã/MS, 18 de março de 2019.

GABRIEL DA COSTA RODRIGUES ALVES

Promotor de Justiça

COMARCAS DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA

ANAUROLÂNDIA

EDITAL Nº 0010/2019/PJ/AID

A Promotoria de Justiça de Anaurilândia/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Floriano Peixoto, nº 1001, Centro, Ed. do Fórum, Anaurilândia/MS - telefone (67) 3445-1393.

Os autos encontram-se registrados no sistema informatizado SAJMP, o qual poderão ser integralmente acessados via internet no endereço eletrônico <http://consultadeprocementos/consulta/SAJ/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2019.00000594-7.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido(s): Município Anaurilândia.

Assunto: Apurar suposta prática de ato de improbidade administrativa realizada pelo poder executivo municipal de Anaurilândia em razão do pagamento administrativo de débito judicial em acordo não homologado em juízo decorrente dos autos n.º 0800402-55.2012.8.12.0022.

Anaurilândia/MS, 05 de abril de 2019.

ALLAN THIAGO BARBOSA ARAKAKI

Promotor de Justiça.

GLÓRIA DE DOURADOS

EDITAL N: 0009/2019/PJ/GDS

Promotoria de Justiça de Glória de Dourados – MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na sede da Promotoria de Justiça, situada na Rua Rogério Luiz Rodrigues, s/nº, Centro, Edifício do Fórum, no Município de Glória de Dourados/MS. Os autos encontram-se registrados no sistema informatizado SAJMP, o qual poderá ser integralmente acessado via internet no endereço eletrônico <http://consultaprocedimentos/consulta/SAJ/processo>.

Inquérito Civil nº: 06.2019.00000555-8.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Município de Glória de Dourados, Gerente Municipal de Saúde, Marcelo Cássio Rodrigues e José Beu Rodrigues Sobrinho.

Assunto: Apurar a prática de improbidade administrativa praticada pelos requeridos Município de Glória de Dourados/MS, Gerente Municipal de Saúde, Marcelo Cássio Rodrigues e José Beu Rodrigues Sobrinho.

Glória de Dourados/MS, 03 de abril de 2019.

BIANKA M. A. MENDES

Promotora de Justiça em substituição legal.